



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 28ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**16/09/2015
QUARTA-FEIRA
às 08 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço**



Comissão de Serviços de Infraestrutura

**28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 16/09/2015.**

28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quarta-feira, às 08 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 68/2015 - Não Terminativo -	SEN. VALDIR RAUPP	10

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 69/2015 - Não Terminativo -	SEN. ELMANO FÉRRER	46
2	RQI 57/2015 - Não Terminativo -		140
3	RQI 58/2015 - Não Terminativo -		143
4	RQI 59/2015 - Não Terminativo -		145

5	RQI 60/2015 - Não Terminativo -		147
----------	---	--	------------

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

(23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457	1 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Walter Pinheiro(PT)	BA (61) 33036788/6790	2 Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	3 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Acir Gurgacz(PDT)	RO (61) 3303-3131/3132	4 Paulo Rocha(PT)	PA (61) 3303-3800
Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315	5 Gladson Cameli(PP)(17)(20)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Ciro Nogueira(PP)(12)	PI (61) 3303-6185 / 6187	6 Ivo Cassol(PP)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Garibaldi Alves Filho(PMDB)	RN (61) 3303-2371 a 2377	1 Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	2 Waldemir Moka(PMDB)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253	3 Dário Berger(PMDB)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Rose de Freitas(PMDB)(14)(15)	ES (61) 3303-1156 e 1158	4 Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245
Ricardo Ferraço(PMDB)(11)	ES (61) 3303-6590	5 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	6 Sérgio Petecão(PSD)(11)(16)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440	1 Davi Alcolumbre(DEM)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722
Wilder Moraes(DEM)	GO (61)3303 2092 a (61)3303 2099	2 José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	3 VAGO	
Paulo Bauer(PSDB)	SC (61) 3303-6529	4 VAGO	
Dalirio Beber(PSDB)(18)	SC (61) 3303-6446	5 VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 Roberto Rocha(PSB)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 VAGO	
VAGO		3 VAGO	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Blairo Maggi(PR)(10)	MT (61) 3303-6167	1 Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303-6130/6124
Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219	2 Vicentinho Alves(PR)(7)(19)(21)	TO (61) 3303-6469 / 6467
Elmano Férrer(PTB)(19)(21)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	3 Eduardo Amorim(PSC)(10)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (4) Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).
- (6) Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).
- (7) Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
- (8) Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).
- (9) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (10) Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
- (11) Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
- (12) Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
- (13) Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).

-
- (14) Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
- (15) Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
- (16) Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
- (17) Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
- (18) Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
- (19) Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
- (20) Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
- (21) Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 3303-3292
E-MAIL: ci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 16 de setembro de 2015
(quarta-feira)
às 08h30**

PAUTA
28ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

1ª PARTE	Sabatina
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

MSF 69/2015

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Reunião destinada à sabatina do indicado

2 - Em 09.09.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF

Textos da pauta:

[Relatório \(CI\)](#)
[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório

Textos da pauta:

[Relatório \(CI\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57, de 2015**

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados: o Senhor ALBERTO ANGERAMI, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); o Senhor LUIZ MOAN YABIKU, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado; o Senhor JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (InMETRO); o Senhor RENATO AUGUSTO, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e o Senhor PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São Jose e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC).

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Observações:

Leitura do requerimento

Textos da pauta:

[Requerimento \(CI\)](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, de 2015

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes; Ministério dos Transportes; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

Leitura do requerimento

Textos da pauta:

[Requerimento \(CI\)](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, de 2015

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura, com a presença das seguintes autoridades: Ministro dos Transportes; Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da

Presidência da República; Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

Leitura do requerimento

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CI)

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60, de 2015

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura audiência pública para discutir a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: José Manuel Vassallo, professor titular da Universidade Politécnica de Madri; Geoffrey Spence, Diretor Executivo da Infrastructure UK, Reino Unido; João Aguiar Machado, Diretor Geral da DG-MOVE (Diretoria Geral de Mobilidade e Transporte) da Comissão Europeia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

Leitura do requerimento

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CI)

1ª PARTE - SABATINA

1

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 68, de 2015 (Mensagem nº 309, de 14 de agosto de 2015, na origem), da Presidente da República, submetendo à _____, consideração do Senado Federal o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.



SF/15685.89982-59

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

Nos termos do art. 23, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), combinado com o art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 68, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Aníbal Diniz, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Nos termos do disposto no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes aos serviços de telecomunicações e agências reguladoras pertinentes. Ainda nos termos do art. 383, do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

De acordo com os arts. 20 e 23, de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco Conselheiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passo a resumir.

O senhor Aníbal Diniz é cidadão brasileiro, nasceu da cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 1962. Graduou-

73a36406efabdb801a8d5794c6fc0c7ac7c8f3eágina: 1/3 01/09/2015 15:33:43



se em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC e concluiu o curso de MBA, pela Fundação Getúlio Vargas/ Faculdade Corporativa do Banco do Brasil.

Iniciou a sua carreira profissional, em 1983, na área de _____ Comunicação, sendo repórter, redator e editor de jornalismo impresso, _____ radiofônico e televisivo. Atuou como assessor de imprensa e, entre 1999 e _____ 2006, foi Secretário de Comunicação do Estado do Acre, onde implantou o _____ Sistema Público de Rádio e Televisão Educativa – Rádio e TV Aldeia.

Entre os anos de 2007 e 2010, participou da implantação da Agência Digital de Notícias do Acre e da Digitalização do Diário Oficial do Estado.

Exerceu por cinco anos (2010-2015) o mandato de Senador da República pelo Estado do Acre. Nesta Casa, ocupou cargos importantes, tais como: a 1ª vice-presidência, sob a presidência do Senador José Sarney, e a vice-presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No exercício da atividade parlamentar exerceu a titularidade em sete comissões permanentes: CCT, CCJ, CE, CDH, CMA, CRE e CMO. Apresentou diversos projetos de lei e foi relator na Comissão de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga.

Consta ainda do currículo apresentado a participação, como Senador da República, dos seguintes eventos: 18ª e 19º Conferências do Clima (COP 18), realizadas em Doha e Varsóvia, respectivamente; Missões diplomáticas no Haiti e Cuba, em 2013; Conferência de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, em Nova York/ 2013; 57º e 58º Painéis Sinditelebrasil; 14º Congresso Latino-Americano de Satélites, no Rio de Janeiro/2014; Futurecom, em São Paulo/2014; e Seminário Políticas de Telecomunicações, Brasília/2015.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas *a*, *b* e *c*, do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º, do *caput* do mesmo artigo.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 68, de 2015, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do

SF/15685.89982-59

73a36406efabd6b801a8d5794c6fc0c7ac7c8f3eágina: 2/3 01/09/2015 15:33:43

se em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC e concluiu o curso de MBA, pela Fundação Getúlio Vargas/ Faculdade Corporativa do Banco do indicado o credenciam para ser conduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, por escolha da Excelentíssima Senhora Presidente da

República. Portanto, fica esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/15685.89982-59

Página: 3/3 01/09/2015 15:33:43

73a36406efabdb6b801a8d579



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 68, de 2015
(Nº 309/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Brasília, 14 de agosto de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

CURRICULUM VITAE

Aníbal Diniz

Indicado pela presidenta Dilma Rousseff ao cargo de conselheiro da
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Brasília – DF, Agosto de 2015

Aníbal Diniz

Aníbal Diniz

Dados pessoais

Aníbal Diniz, 52 anos, nasceu em Campo Mourão – Paraná, em 13 de dezembro de 1962. Transferiu-se para o Estado do Acre em 1977. No Acre desenvolveu sua formação educacional e profissional na área de Comunicação e pelo Acre se tornou Senador da República entre dezembro de 2010 e janeiro de 2015. É casado e pai de duas filhas.

Tem graduação em História pela Universidade Federal do Acre - UFAC e MBA pela Fundação Getúlio Vargas/Faculdade Corporativa Banco do Brasil.

É jornalista provisionado DRT - AC, com experiência na área desde 1983. Atuou como repórter, redator e editor em jornais impressos, rádio e televisão do Acre. Em 1993 iniciou sua trajetória na Comunicação Pública como secretário de Comunicação da Prefeitura de Rio Branco.

Experiência em destaque

Gestão pública

- Exerceu o cargo de Assessor de Comunicação Social da **Prefeitura de Rio Branco** no período de 1993 a 1996.
- Foi secretário de Comunicação do **Estado do Acre**, por 12 anos, no período de 1999 a 2010, durante os mandatos dos governadores Jorge Viana e Binho Marques.
- Como secretário de Comunicação do Estado do Acre, Aníbal Diniz **gerenciou a implantação do Sistema Público de Comunicação do Estado**, composto por 20 estações de TV, 6 estações de rádio e a Agência de Notícias do Acre.

Legislativo

- **Senador da República, PT – Acre.** Exerceu o mandato de senador da República no período de dezembro de 2010 a janeiro de 2015. Seu

Aníbal Diniz

mandato exibiu forte atuação nas áreas de Ciência e Tecnologia, Educação e Telecomunicações.

- Foi relator na Comissão de Avaliação do **Programa Nacional de Banda Larga** (PNBL).
- Foi autor de seis projetos de leis que estabelecem a **banda larga** como serviço essencial. Questões relacionadas à tarifa social, compartilhamento de redes, entre outras definições, foram tratadas, visando à popularização da banda larga no Brasil (PLS: 427, 428, 429, 430, 431 e 432, todos de 2014).
- Foi **vice-presidente do Senado** de setembro de 2012 a janeiro de 2013, durante a presidência do senador José Sarney.
- Na **vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ**, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, pôde acompanhar a tramitação de diversas propostas legislativas que afetavam as comunicações e as telecomunicações no Brasil.
- Exerceu a titularidade em **sete comissões permanentes**: CCT, CCJ, CE, CDH, CMA, CRE e CMO. Foi presidente da Subcomissão de Terras Raras, em 2012.
- É autor do PLS 132/2014, que prevê **equilíbrio de gênero** nas eleições, com duas vagas para o Senado.
- Participou de importantes **eventos nacionais e internacionais** em missão oficial do Senado Federal.

Construção democrática

- Participação ativa no processo de **redemocratização** do Brasil, iniciado na década de 1980, compatibilizando a atuação política em defesa de eleições diretas e da liberdade de expressão com o trabalho na área de Comunicação Social e Jornalismo. Trouxe a experiência adquirida para o Senado Federal, onde se manteve coerente aos princípios que sempre nortearam sua atuação profissional e a vida pública.

André Luiz

Eventos e missões pelo Senado Federal

- 18ª Conferência do Clima (COP18) Doha/Catar/2012;
- 19ª Conferência do Clima (COP19) Varsóvia/Polônia/2013;
- 20ª Conferência do Clima (COP20) Lima/Peru/2014;
- Missões Diplomáticas no Haiti e Cuba/2013;
- Conferência de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova York/EUA/2013;
- 57º Painel Sinditelebrasil, Debatedor: Tecnologia de Satélites, Brasília/Brasil/2013;
- 58º Painel Sinditelebrasil, Brasília/Brasil/2014;
- 14º Congresso Latino-Americano de Satélites, Rio de Janeiro/Brasil/2014;
- Futurecom – 2014 - São Paulo;
- Seminário Políticas de Telecomunicações, Brasília/DF/fevereiro de 2015.

Contato

- anibaldiniz13@gmail.com
- 061 9949 0553
- Residente à SQN 406, Bloco O, Apartamento 102, Asa Norte, CEP - 70.847-150 - Brasília – DF

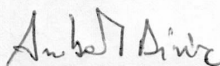
Anibal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “e”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não participei de conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras, nos últimos cinco anos, contados retroativamente à data em que se deu a minha indicação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

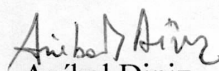

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “d”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não sou autor ou réu em ações tramitando no Poder Judiciário.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

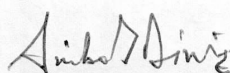

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “c”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), a minha regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, devidamente comprovada pelas certidões emitidas pelos órgãos competentes, em cumprimento ao § 2º, do art. 1º, do citado ato.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

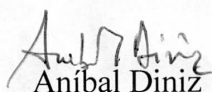

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “b”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015

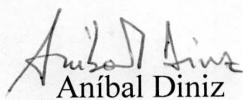

Aníbal Diniz

DECLARAÇÃO

Eu, Aníbal Diniz, brasileiro, casado, RG nº 125.192 – SSP/AC, CPF nº 183.210.702-72, residente e domiciliado à SQN 406, Bloco “O”, Ap. 102, CEP 70.847-150, Brasília/DF, em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009-CI, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º, da lei 7.115/1983), que não possuo parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área das telecomunicações.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza todos os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código penal.

Brasília, 24 de agosto de 2015


Aníbal Diniz



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 258-01.058.356/2015
NOME : ANIBAL DINIZ
ENDEREÇO : CONDOMINIO ESTRADA DA USINA
CIDADE : MORADA DO SOL
CPF : 183.210.702-72
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 17 de Novembro de 2015.

Brasília, 19 de Agosto de 2015.

Certidão emitida via internet às 09:12:56 e deve ser validada no endereço
www.fazenda.df.gov.br

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.TL9I.TYGY.QJMV.CYRX.MK7C**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.GLL6.J2QE.6T38.B5WI.MFQC**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.E50Q.GOJZ.TAPY.15IY.2HAX**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 18/08/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANIBAL DINIZ

183.210.702-72

(QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ / JOÃO MARIA DINIZ)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/08/2015

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.299P.RF2X.9L67.AN2S.WZ8G**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

Nome: ANIBAL DINIZ
CPF: 183.210.702-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 09:22:53 do dia 19/08/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2016.

Código de controle da certidão: **AD05.BBFF.8478.068F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ANIBAL DINIZ**

Inscrição: **000524082453** Zona: 1 Seção: 190

Município: 1392 - RIO BRANCO UF: AC

Data de Nascimento: 13/12/1962 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ

JOAO MARIA DINIZ

Certidão emitida às 08:51 de 19/08/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

EIKX.XUKJ.FLK6.BLTX

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ANIBAL DINIZ**
Inscrição: **000524082453** Zona: 1 Seção: 190
Município: 1392 - RIO BRANCO UF: AC
Data de Nascimento: 13/12/1962 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: QUERUBINA DE LOURDES ROCHA DINIZ
JOAO MARIA DINIZ

Certidão emitida às 08:53 de 19/08/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

MHKW.DR/1.8D4X.PWRU



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
95168392

Certificamos que contra

Nome: **ANIBAL DINIZ**

CPF: **021.907.102-00**

Data de Nascimento: **13/12/1962**

Nome da mãe: **QUERUBINA DE LOURDES DA ROCHA DINIZ**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 19/08/2015 às 08:55:19 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
CONTAS JULGADAS IRREGULARES
(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANIBAL DINIZ**

CPF: **183.210.702-72**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, até a presente data, NÃO CONSTA em nome do(a) requerente acima identificado(a), registro de Tomada de Contas Especial, Prestação de Contas ou Tomada de Contas julgada irregular.

A consulta para a emissão desta certidão foi efetuada nos registros do Cadastro de Contas Julgadas Irregulares pelo TCU - CADIRREG, excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação por parte deste Tribunal.

Certidão emitida às 08h56min49 do dia 19/08/2015, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<http://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/verificaCertidao.faces>

Código de controle da certidão: 21VH.H79D.431C.JC46

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/08/2015 às 08:58) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 183.210.702-72.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 55D4.6F67.162E.6511



PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Estado do Acre

Nº 33331

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Acre**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANIBAL DINIZ** nem contra o **CPF: 183.210.702-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Acre (**www.jfac.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/08/2015, 07h04.

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015, 07h04.

Endereço: Rodovia BR-364, Km 02, Av. 02, s/nº - Centro Administrativo do Estado do Acre
CEP 69914-220, Rio Branco-AC.
Fone: (68) 3214-2044. e-Mail: sepce.ac@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Distrito Federal

Nº 183027

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANIBAL DINIZ** nem contra o **CPF: 183.210.702-72**.

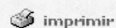
Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/08/2015, 09h05.

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015, 09h05.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Nº 2777137



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANIBAL DINIZ** nem contra o **CPF: 183.210.702-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/08/2015, às 09h03.

Data da última atualização do banco de dados: 18/08/2015, 09h03.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA Diretoria de Administração Tributária	Data Emissão: 19/08/2015 Hora Emissão: 15:25
	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO	Número: 490533
<i>Ressalvado o direito da Fazenda Pública de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte abaixo qualificado, que vierem a ser apuradas, certifico que não consta até esta data, nesta Unidade Fazendária, nenhum crédito fiscal relativo a tributos estaduais.</i> <i>(Artigo 171 a 177 do Decreto nº 462/87)</i> <i>* Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa</i>		
Nome/Razão Social: ANIBAL DINIZ		
Inscrição Estadual:	Identidade: 125192 SSP AC	
CNPJ:	CPF: 183.210.702-72	
Endereço: RUA RIO GRANDE DO SUL, Nº 351 - BAIRRO: CENTRO, CEP:		
Município: RIO BRANCO	Data da Impressão: Quarta-feira, 19 de Agosto de 2015, 15:25	
Finalidade: DESTINA-SE A TODOS OS FINS.		
Outras Informações:		
Data de Validade: 17/10/2015		
Código de Autenticidade: 8cd9db8f7fcfb95		

Verificar autenticidade desta CND no seguinte endereço: www.sefaz.ac.gov.br

Emitido pelo Portal Sefaz Online



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Secretaria Municipal de Finanças

Gerência de Arrecadação

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND Nº 44650/2015

Tipo: TRIBUTOS MUNICIPAIS (PESSOA)

Certidão Referente a PESSOA FÍSICA

Contribuinte: ANIBAL DINIZ CPF: 183.210.702-72

Endereço: RIO GRANDE DO SUL Nº: 351 Complemento:

Bairro: CENTRO

Data de Expedição: 19/08/2015 Validade: 18/10/2015

Nº de Autenticidade: B6A8.58ED.82B7.DE77.7D1C.FE11.DB13.AC9F.

CERTIFICA, atendente ao pedido constante no requerimento acima protocolado, e de conformidade com as informações prestadas pelo Sistema de Administração Tributária, que o contribuinte acima identificado encontra-se em dia com a Fazenda Pública Municipal até a presente data, com referência a Impostos e Taxas.

Ressalvando-se, porém, o direito da Fazenda Municipal cobrar, a qualquer tempo, as Dívidas do requerente, que por ventura venham a ser apuradas.

Certidão emitida em 19/08/2015.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada nas Centrais de Atendimento ao Cidadão.

[Assinatura]

Servidor Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Município de Rio Branco

Observações:

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

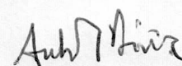
Eu, Aníbal Diniz, 52 anos, brasileiro, casado, pai de duas filhas, RG 125.192 - SSP-AC, CPF nº 183.210.702-72, residente à SQN 406, Bloco O, Apartamento 102, Asa Norte, CEP - 70.847-150 - Brasília – DF, em cumprimento ao art. 1º, inciso III, do Ato nº1, de 12 de março de 2009 da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, venho, por meio deste documento, apresentar argumentação escrita, de forma sucinta, sobre minha formação acadêmica, experiência profissional e vivência política que comprovam minha aptidão para exercer o mandato de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em substituição ao Sr. Jarbas José Valente, conforme Mensagem Presidencial nº309, de 14 de agosto de 2015.

Nasci na cidade de Campo Mourão – Paraná, em dezembro de 1962, mas concluí o ensino fundamental, médio e superior (Faculdade de História – Universidade Federal do Acre) no Estado do Acre, para onde minha família se transferiu no final da década de 1970. Fui seminarista da Ordem dos Servos de Maria – OSM, entre 1979 e 1981.

Minha atuação na área de Comunicação começou em 1983, há 33 anos, com experiências como repórter, redator e editor de jornalismo impresso, radiofônico e televisivo, além de Assessoria de Imprensa e Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Rio Branco e do Governo do Estado do Acre.

Como Secretário de Comunicação do Estado do Acre, entre 1999 e 2006, coordenei a implantação do Sistema Público de Rádio e Televisão Educativa – Rádio e TV Aldeia, com transmissão via satélite da programação local para todas as cidades do Estado. Entre 2007 e 2010, participei da implantação da Agência Digital de Notícias do Acre e da Digitalização do Diário Oficial do Estado.

Exerci o mandato de Senador da República pelo Estado do Acre entre dezembro de 2010 a janeiro de 2015. Ocupei cargos importantes como a 1ª vice-presidência do Senado Federal, sob a presidência do Senador José Sarney, entre setembro de 2012 e janeiro de 2013; a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2015; e fui membro titular das



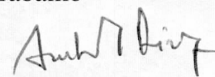
Comissões de Relações Exteriores – CRE, Meio Ambiente – CMA e Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, na qual atuei como relator da Comissão de Avaliação da Política Pública sobre o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, em 2014.

Para elaborar o relatório do PNBL, realizamos audiências públicas no Acre, na Bahia e em Brasília, reunindo subsídios de representantes das operadoras, órgãos governamentais, Telebrás e a própria Anatel, e a representação da sociedade civil por meio de diversas entidades de defesa do consumidor, como o IDEC, além de visitas técnicas ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Embraer, Visiona, Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e fóruns qualificados da área das telecomunicações em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, no decorrer de 2013 e 2014.

Como representante do Senado Federal, participei dos seguintes eventos: 18ª Conferência do Clima (COP18) Doha/Catar/2012; 19ª Conferência do Clima (COP19) Varsóvia/Polônia/2013; 20ª Conferência do Clima (COP20) Lima/Peru/2014; Missões Diplomáticas no Haiti e Cuba/2013; Conferência de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova York/EUA/2013; 57º Painel Sinditebrasil, Debatedor: Tecnologia de Satélites, Brasília/Brasil/2013; 58º Painel Sinditebrasil, Brasília/Brasil/2014; 14º Congresso Latino-Americano de Satélites, Rio de Janeiro/Brasil/2014; e Futurecom, São Paulo/Brasil/2014, Seminário Políticas de Telecomunicações, Brasília/DF/fevereiro de 2015.

O trabalho sistemático na produção do relatório de avaliação do PNBL proporcionou uma experiência adicional importante sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, e a necessidade de interação entre o setor público e a iniciativa privada na área de telecomunicações, para que as políticas públicas voltadas para a inclusão social e inclusão digital logrem êxito.

Além do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga: disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=157729&c=PDF&tp=1>, com um conjunto de recomendações estratégicas, como o fortalecimento da Anatel e da Telebrás, para que seus objetivos e metas sejam plenamente atingidos e milhões de brasileiros que continuam digitalmente excluídos tenham acesso à internet, esse trabalho



que coordenei resultou na proposição de seis Projetos de Lei no Senado Federal: os PLS nºs 427, 428, 429, 430, 431 e 432/2014, todos com contribuições concretas para a popularização da internet de banda larga no Brasil e também disponibilizados na rede.

PLS 427/14 que “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119541;

PLS 428/14 que “Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estimular o compartilhamento de infraestrutura por concessionárias e permissionárias de serviço público”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119543;

PLS 429/14 que “Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119544;

PLS 430/14 que “Altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, para modificar o cálculo das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119545;

PLS 431/14 que “Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119542;

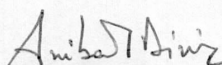
Amilcar

PLS 432/14 que “Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL”

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119546.

Ante o exposto, somado o meu conhecimento na área de comunicação, a experiência acumulada em duas décadas de gestão pública e a maturidade política adquirida ao longo de toda minha trajetória de vida pública, coroada com o mandato como senador da República, sinto-me preparado para honrar o mandato de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, atuando com equilíbrio na busca de uma regulamentação que assegure o ordenamento da atividade econômica, o incentivo aos investimentos e à competição, e o cumprimento de obrigações sociais de universalizar o acesso de qualquer pessoa aos serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, nos termos do disposto no inciso II, do art. 81, da Lei Geral das Telecomunicações.

Brasília, DF, 19 de agosto de 2015


Aníbal Diniz

Aviso nº 366 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 69, de 2015 (nº 310, de 14 de agosto de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.*

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Otavio Luiz Rodrigues Junior para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

A Anatel foi criada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), como autarquia especial, vinculada ao Ministério das Comunicações, e integra a administração federal indireta. O regime autárquico especial conferido à Agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes.

Nos termos dos arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Diretoria da Anatel será composto por cinco Conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997.



SF/15873.27846-02

Página: 1/4 15/09/2015 09:15:12

32b64acb88ca90fe164f19a54ecec690cfe6a1d3



Otávio Luiz Rodrigues Junior é cidadão brasileiro, nascido na cidade de Crato, Ceará, em 23 de julho de 1974. É graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1996), mestre em Direito pela mesma universidade (2001) e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (2006). Além disso, possui dois pós-doutorados, um pela Universidade de Lisboa (Portugal) e outro pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha).

Na vida profissional, atuou como professor em diversas instituições de ensino: Universidade Federal do Ceará (professor substituto), Universidade de Fortaleza (professor licenciado), Universidade Estadual de Ceará (professor da pós-graduação), Centro Universitário de Brasília (professor associado), Instituto Brasiliense de Direito Público (professor convidado), Centro Universitário Curitiba (colaborador), Universidade Federal da Bahia (professor convidado), Universidade Federal Fluminense (professor adjunto).

Atualmente, exerce atividade docente em cinco instituições e ensino superior: Faculdade 7 de Setembro, Instituto de Educação Superior de Brasília, Faculdade de Direito (Largo de São Francisco) da Universidade de São Paulo, Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Além disso, atua como Conselheiro Suplente no Instituto de Direito Brasileiro da Universidade de São Paulo.

Ademais, exerceu diversos cargos na Advocacia-Geral da União: Assessor do Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça, Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Adjunto do Advogado-Geral da União, Assessor e Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal e Consultor da União.

Possui, ainda, diversas publicações bibliográficas no Brasil e no exterior que versam, principalmente, sobre Direito Civil.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 69, de 2015, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de



SF/15873.27846-02

Página: 2/4 15/09/2015 09:15:12

32b64acb88ca90fe164f19a54ecec690cfe6a1d3



Membro do Conselho Diretor da Anatel, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2009 – CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013 – CI, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura”.

O candidato declarou formalmente que:

a) não possui parentes que sejam ou tenham sido empregados em prestadoras de serviços de telecomunicações;

b) foi cotista da NCAP CONSULTORIA – EIRELI, CNPJ 20.826.834/0001-68, no período de 13 de agosto de 2014 até sua baixa definitiva na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27 de julho de 2015;

c) se encontra em situação regular perante o fisco federal, estadual e municipal;

d) inexistem ações judiciais nas quais figure na condição de autor, réu, interveniente ou afim; e

e) não possui qualquer atuação em agências reguladoras de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, especialmente na ANATEL, seja como consultor, advogado ou parecerista.

De forma a complementar a documentação prevista no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato nº 1, de 2009 – CI, foram anexadas certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e de débitos relativos aos tributos e à dívida ativa do Distrito Federal. Anexaram-se ainda certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, e certidão negativa de ações e execuções cíveis e criminais emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações contendo experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor Otavio Luiz Rodrigues Junior para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/15873.27846-02

Página: 4/4 15/09/2015 09:15:12

32b64acb88ca90fe164f19a54ecec690cfe6a1d3





SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 69, de 2015
(Nº 310/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Brasília, 14 de agosto de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

Ministério das Comunicações
Agência Nacional de Telecomunicações

Otavio Luiz Rodrigues Junior

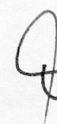
Curriculum Vitae

Agosto/2015



SUMÁRIO

- 1. Curriculum Vitae.....3 a 62
- 2. Anexo 1 (Memorial sobre competências para o cargo)
- 3. Anexo 2 (Versão Resumida do CV)
- 4. Anexo 3 (ATIVIDADES PROFISSIONAIS)
- 5. Anexo 4 (DECLARAÇÃO SOBRE PARENTES)
- 6. Anexo 5 (DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE EMPRESA)
- 7. Anexo 6 (DECLARAÇÃO SOBRE AÇÕES JUDICIAIS)
- 8. Anexo 7 (DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO EM AGÊNCIAS)
- 9. Anexo 8 (CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL)



Otávio Luiz Rodrigues Junior

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Nome Otávio Luiz Rodrigues Junior
Nome em citações bibliográficas RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz
Sexo Masculino

Cor ou Raça Branca

Filiação OTAVIO LUIZ RODRIGUES e MARIA LUZINETE LEITE RODRIGUES
Nascimento 23/07/1974 - Crato/CE - Brasil
Carteira de Identidade 90003012048 SSP - CE - 15/08/1994
CPF 438.391.263-04
Passaporte FL381902

Endereço residencial Alameda Joaquim Eugênio de Lima - de 1000 ao fim - lado par
Jardim Paulista - São Paulo
01403002, SP - Brasil
Telefone: 11 31114003
Celular 11 974142903
URL da home page: <http://www.direitocontemporaneo.com/>

Endereço profissional Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo, Departamento de Direito Civil
Largo São Francisco
Sé - São Paulo
01005010, SP - Brasil
Telefone: 11 31114003

URL da home page: <http://www.direito.usp.br/>

Endereço eletrônico

E-mail para contato : olrj@uol.com.br
e-mail alternativo : otavio.luiz@uol.com.br

Formação acadêmica/titulação

- 2002 - 2006** Doutorado em Direito.
 Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil
 Título: Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro, Ano de obtenção: 2006
 Orientador: Antonio Junqueira de Azevedo
Palavras-chave: CLÁUSULA PENAL - REVISÃO - LIMITES - NATUREZA - FU
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Setores de atividade : Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas
- 1997 - 2001** Mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento).
 Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil
 Título: Da Teoria da Imprevisão: a autonomia da vontade e a intervenção do estado-juiz nos contratos, Ano de obtenção: 2001
 Orientador: Raimundo Bezerra Falcão
Palavras-chave: TEORIA DA IMPREVISÃO - REVISÃO - CONTRATOS - ADMIN
Áreas do conhecimento : Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Internacional Público
Setores de atividade : Política Econômica e Administração Pública em Geral
- 1992 - 1996** Graduação em Direito.
 Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil
 Bolsista do(a): Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Pós-doutorado

- 2011 - 2012** Pós-Doutorado .
 Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, MPI, Alemanha
 Bolsista do(a): Max-Planck-Gesellschaft
Áreas do conhecimento : Direito Privado
- 2010 - 2011** Pós-Doutorado .
 Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Privado

Atuação profissional**1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS**

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor convidado , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado)

2. Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso - FESMP-MT

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Professor convidado , Enquadramento funcional: Professor convidado, Regime: Parcial

3. Instituto de Direito Brasileiro da Universidade de São Paulo - IEB

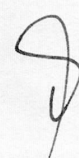
Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Conselheiro Suplente , Enquadramento funcional: Conselheiro, Regime: Parcial
Outras informações:
Membro do Conselho Deliberativo

4. Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo - FDUSP

Vínculo institucional

2013 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Doutor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

05/2015 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Congregação da Faculdade de Direito

Especificação:

Membro suplente da Congregação na classe dos Professores Doutores

01/2014 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Departamento de Direito Civil

Linhas de pesquisa:

Direito Privado Comparado Contemporâneo e Reforma Legislativa

08/2013 - Atual Pós-graduação, Programa de Pós-Graduação em Direito

Disciplinas ministradas:

Código Civil e Código de Defesa do Consumidor: a sua interface

5. Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB

Vínculo institucional

2005 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: professor mestre , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

02/2005 - Atual Graduação, Direito

Disciplinas ministradas:

Direito Civil I , Direito Civil II , Tópicos Atuais de Direito

6. Faculdade 7 de Setembro - FA7

Vínculo institucional

2002 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Outro (especifique) , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

01/2002 - Atual Graduação, Curso de Direito

Disciplinas ministradas:

DIREITO CIVIL

9

01/2002 - Atual Direção e Administração, Curso de Direito, Coordenação

Cargos ocupados:

Outro

7. Universidade Federal Fluminense - UFF

Vínculo institucional

2010 - 2013 Enquadramento funcional: Adjunto II , Carga horária: 20, Regime: Parcial

8. Universidade Federal da Bahia - UFBA

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor convidado da Pós-Graduação , Carga horária: 0, Regime: Parcial

9. Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Colaborador, Regime: Parcial

10. Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP

Vínculo institucional

2007 - 2013 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Professor convidado, Regime: Parcial

11. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Vínculo institucional

2010 - 2012 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor associado, Regime: Parcial

2004 - 2005 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: professor , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

07/2004 - 01/2005 Graduação, Ciências Jurídicas

Disciplinas ministradas:

Direito Civil

12. Universidade Estadual do Ceará - UECE

Vínculo institucional

2002 - 2003 Vínculo: professor , Enquadramento funcional: Prestador de serviços , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Outras informações:

Professor do Curso de Pós-Graduação sem vínculo empregatício.

Atividades

01/2002 - 12/2003 Especialização

Especificação:

Teoria Geral do Direito Civil

01/2002 - 12/2003 Especialização

Especificação:

Teoria Geral do Processo

13. Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Vínculo institucional

1998 - 2002 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor licenciado , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Outras informações:

Licenciado sem remuneração

Atividades

01/1999 - 01/2001 Especialização
Especificação:
Teoria Geral dos Contratos

01/1998 - 12/2002 Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
Direito Processual Civil, Direito Civil

14. Universidade Federal do Ceará - UFC

Vínculo institucional

1996 - 1999 Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento funcional: Professor Substituto, Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

08/1996 - 03/1999 Graduação, Faculdade de Direito
Disciplinas ministradas:
Direito Internacional Privado, Direito Romano, Direito Civil I, Direito Civil II - Obrigações, Direito Civil III - Contratos, Direito Civil IV - Coisas, Direito Civil V - Família e Sucessões

Linhas de pesquisa

1. Direito Privado Comparado Contemporâneo e Reforma Legislativa
-

Revisor de periódico

1. **Revista de Direito Civil Contemporâneo -RDCC**
-

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

2. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**

Vínculo

2011 - Atual Regime: Parcial

3. **Revista CEJ (Brasília)**

Vínculo

2010 - Atual Regime: Parcial

Membro de corpo editorial

1. **Revista da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza**

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

2. **Revista dos Tribunais Nordeste**

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

3. **Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil**

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

4. **Revista Jurídica da FEPODI**



Vínculo

2011 - Atual Regime: Parcial

5. **Meritum (FUMEC)**

Vínculo

2011 - Atual Regime: Parcial

6. **Revista Forense (Impresso)**

Vínculo

2011 - Atual Regime: Parcial

7. **Revista de Direito das Comunicações**

Vínculo

2010 - Atual Regime: Parcial

8. **Revista da AGU**

Vínculo

2009 - Atual Regime: Parcial

9. **Revista da OAB-CE**

Vínculo

1998 - Atual Regime: Parcial

Membro de comitê de assessoramento

9

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Vínculo

2013 - Atual Regime: Parcial

2. Ministério da Educação - MEC

Vínculo

2013 - 2014 Regime: Parcial

Áreas de atuação

1. Direito
2. Direito Civil
3. Direito Privado
4. Direito Constitucional

Idiomas

Alemão Lê Razoavelmente

Inglês Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente , Escreve Bem , Lê Bem

Espanhol Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Bem

Italiano Compreende Pouco , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente

Prêmios e títulos

1996 Concurso de Monografias Jurídicas em Direito Comercial - Prêmio Professor Fran Martins, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará

1995 Prêmio pelo melhor tese apresentada ao IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará (1o. lugar), Pró-Reitoria de

Graduação da Universidade Federal do Ceará

- 1995** Prêmio Professor Amílcar de Araújo Falcão, Associação Brasileira de Direito Financeiro -ABDF
- 1994** Short Story Composition Contest (premiação pelo melhor conto apresentado), Instituto Brasil-Estados Unidos
- 1993** Prêmio pela melhor tese apresentada no III Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará (3o. lugar), Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará
- 1991** Honorable Mention (desempenho acadêmico excepcional), Instituto Brasil Estados Unidos

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. O Direito (Lisboa). , v.147, p.45-110 - 110, 2015.

Palavras-chave: BGB, Direito Civil, História do Direito Privado, Direito alemão

Áreas do conhecimento : Direito Civil, História do Direito

Referências adicionais : Português.

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Entrevista com Nelson Nery Jr.. Revista de Direito Civil Contemporâneo (Journal of Contemporary Private Law). , v.1, p.367 - 388, 2014.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito do Consumidor, Ação civil pública

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.938, p.79 - 155, 2013.

Palavras-chave: Direito alemão, Direito Civil, BGB

Áreas do conhecimento : Direito Civil, História do Direito

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Vários

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. O Direito (Lisboa). , v.143, p.43 - 66, 2011.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito Privado
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Dogmática e crítica da jurisprudência (ou da vocação da doutrina em nosso tempo). Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.891, p.65 - 106, 2010.

Palavras-chave: doutrina, doutrinadores, jurisprudência, fontes do Direito

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Atividades profissionais, científicas e técnicas

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de Civil Law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. Meritum (FUMEC). , v.5, p.13 - 52, 2010.

Palavras-chave: Princípios, Contrato, Casamento, Ativismo

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estudo dogmático do contrato de comodato no Código Civil alemão. Revista Jurídica da FA7. , v.7, p.217 - 222, 2010.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito alemão, Contrato, Comodato

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Propriedade, função social e Constituição. Exame crítico de um caso de “constitucionalização” do Direito Civil. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. , v.51, p.207 - 236, 2010.

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: o caso TV Cultura e o parecer da Advocacia-Geral da União. Revista de Direito das Comunicações. , v.1, p.155 - 160, 2010.

Palavras-chave: Radiodifusão, Telecomunicações, Propaganda, Publicidade

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Administrativo

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Vários

10. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Advogados da União travam guerra sem quartel contra corrupção. Consultor Jurídico (São Paulo. Online). , v.1, p.1 - 1, 2008.

Palavras-chave: Legitimidade, AGU, Ação civil pública

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Segurança Social

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.conjur.com.br/2008-dez-10/advogados_uniao_travam_guerra_quartel_corrupcao]

11. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Crise americana não permite revisão de contratos cíveis.. Consultor Jurídico (São Paulo. Online). , v.1, p.2 - 2, 2008.

Palavras-chave: AUTONOMIA PRIVADA - AUTONOMIA DA VONTADE - CONTRAT, Cláusula rebus sic stantibus

Áreas do conhecimento : Direito.Direito Civil.Direito Privado

Setores de atividade : Intermediação Financeira

Referências adicionais : Português. Home page: [http://www.conjur.com.br/2008-nov-25/crise_americana_nao_permite_revisao_contratos_civeis]

12. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Proposta de critério científico para distinção entre os cargos de provimento em comissão e os cargos de natureza especial, quanto ao Direito Administrativo Disciplinar. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.865, p.36 - 53, 2007.

Palavras-chave: Agente público, Natureza jurídica, Função, Cargo de natureza especial, pena disciplinar

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional,Direito Administrativo

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Vários

Trabalho baseado em parecer aprovado pelo Advogado-Geral da União

13. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Causalidade, imputação objetiva e novos paradigmas da dogmática penal. Revista dos Tribunais (São Paulo). , v.849, p.435 - 444, 2006.

Palavras-chave: Imputação objetiva - Causalismo - Dogmática - Pena

Áreas do conhecimento : Direito Penal,Direito Processual Penal

Setores de atividade : Outro

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Análise da evolução das Escolas Penais. Passagem do causalismo ao funcionalismo. Imputação objetiva e sua influência na dogmática penal pós-moderna.

14. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Considerações sobre a coação como elemento accidental a estrutura da norma jurídica: a idéia de pena e sanção premial. Arquivos do Ministério da Justiça. , v.190, p.287 - 310, 2006.

Palavras-chave: SANÇÃO, SANÇÃO PREMIAL, NORMA FUNDAMENTAL, COAÇÃO

Áreas do conhecimento : Direito

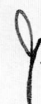
Setores de atividade : Outros Setores

Referências adicionais : Albanês. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.mj.gov.br/institucional/biblioteca/rev_arquivos190.pdf]

Versão adaptada de capítulo da inédita tese de doutorado "Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro", apresentada e defendida pelo autor junto à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, aprovada por unanimidade, com sugestão de publicação.

15. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. A inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - Ancinav. Revista de Informação Legislativa. , v.170, p.287 - 309, 2006.



Palavras-chave: Radiodifusão - Telecomunicações - Concessões - Anc

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário

Setores de atividade : Outro

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

Estudo sobre o regime constitucional dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações no direito brasileiro atual. Manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações sobre a inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - Ancinav.

16. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Causalidade, imputação objetiva e novos paradigmas da dogmática penal. . Revista de Direito Renovar. , v.32, p.77 - 87, 2005.

Palavras-chave: Causalismo - Imputação Objetiva - Escolas Penais -

Áreas do conhecimento : Direito Penal, Direito Processual Penal

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Justiça

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Análise da evolução das escolas penais, com ênfase no Causalismo e Imputação Objetiva.

17. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional. . Revista de Direito Privado (São Paulo). , v.6, p.241 - 250, 2005.

Palavras-chave: RADIODIFUSÃO - CONCESSÕES - PERMISSÕES - RENOVAÇÃO

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Administrativo

Setores de atividade : Política Econômica e Administração Pública em Geral

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Análise das hipóteses excepcionais de renovação de concessões e permissões de serviços de radiodifusão. Cuida das diferenças entre os serviços de radiodifusão e de telecomunicações.

18. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A doutrina do terceiro cúmplice: autonomia da vontade, o princípio res inter alios acta, função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos.. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso). , v.821, p.80 - 98, 2004.

Palavras-chave: DIREITO CIVIL - OBRIGACOES - TERCEIRO CÚMPLICE - R

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

Pesquisa relacionada à doutrina do terceiro cúmplice e à superação do princípio da relatividade dos efeitos do contrato ("res inter alios acta"). Objetiva estudar os efeitos das relações contratuais em face da interferência ilícita de terceiros. Valoração dos princípios contratuais, especialmente, o princípio da função social do contrato. Análise de direito comparado.

19. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Autonomia da vontade, autonomia privada e autodeterminação: notas sobre a evolução de um conceito na modernidade e na pós-modernidade. Revista de Informação Legislativa. , v.163, p.113 - 130, 2004.

Palavras-chave: AUTONOMIA PRIVADA - AUTONOMIA DA VONTADE - CONTRAT

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Analisa a evolução da autonomia da vontade nos séculos XIX e XX, até sua adaptação aos novos princípios contratuais e sua releitura como autonomia privada. Enfoca as insuficiências do novo conceito e os desafios da pós-modernidade e do resgate do valor do indivíduo na relação jurídico-obrigacional. Aborda o problema da autodeterminação.

20. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Estudo dogmático da forma dos atos processuais : princípios e espécies. Revista Jurídica (Guarapuava). , v.52, p.51 - 72, 2004.

Palavras-chave: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - ATOS PROCESSUAIS - FORM

Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Estudo dos princípios inerentes aos atos processuais, colocando-os sob o enfoque da teoria geral dos atos e negócios jurídicos. Perspectiva dogmática, adotando a jurisprudência como índice de aplicação das teorias. Explicitação das formas dos atos processuais e suas espécies.

21. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Aposentadoria aos 55 anos : impossibilidade de aplicação retroativa do limite etário aos associados de entidades fechadas de previdência privada. Revista de Previdência Social. , v.206, p.10 - 14, 1998.

Palavras-chave: Previdência Social - Previdência Complementar- Apo

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Previdenciário

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

22. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Da Interpretação da Lei Tributária. Revista da Oab Ce. , v.2, p.245 - 302, 1998.

Palavras-chave: Tributário - Hermenêutica - Interpretação - Integr

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Filosofia do Direito, Direito Tributário

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Justiça

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Trabalho laureado pela Associação Brasileira de Direito Financeiro, em 1995.

23. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Coisa Julgada e Constituição: da Lei Nova, da Mudança de Interpretação dos Tribunais e das Emendas Constitucionais sobre a Coisa Julgada. Nomos (Fortaleza). , v.16-18, p.86 - 101, 1997.

Palavras-chave: Constituição, Coisa Julgada, Direito adquirido, Ato jurídico perfeito, Emenda Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional, Direito Civil

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Impresso

24. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Desconstitucionalização da previdência socia. Revista de Previdência Social. , v.19, p.803 - 806, 1995.

Palavras-chave: PREVIDÊNCIA SOCIAL - DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO - DIR

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Privado

Setores de atividade : Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Livros publicados

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Código Civil Comentado: Compra e venda, permuta ou troca, contrato estimatório. v.6, t.1.. São Paulo : Atlas, 2008, v.1. p.652.

Palavras-chave: Compra e venda, Permuta, Contrato estimatório

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522450626

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Revisão Judicial dos Contratos: Autonomia da Vontade e Teoria da Imprevisão.. São Paulo : Atlas, 2006, v.1. p.309 (XXVIII).

Palavras-chave: DIREITO CIVIL - CONTRATOS- REVISÃO - REBUS SIC STA

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Administrativo, Direitos Especiais

Setores de atividade : Outros, Outro, Assessoria Ou Consultoria Jurídica, Contábil. de Opinião Pública e Na Gestão de Empresas

Referências adicionais : Brasil/Árabe. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 8522431434

Analisa a evolução da cláusula "rebus sic stantibus" (Direito Medieval) ao conceito de teoria da imprevisão (França) e suas modernas manifestações sob a teoria da onerosidade excessiva (Itália) e da teoria da alteração das circunstâncias (Alemanha). O problema é enfocado sob a óptica do Direito Civil, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Econômico e Direito Internacional Público.

Capítulos de livros publicados

1. SILVA, Rafael Peteffi da, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Dano reflexo ou por ricochete: Ponto de partida para a diferenciação dos sistemas brasileiro e português de responsabilidade civil extracontratual In: I Encontro de Internacionalização do CONPEDI-Barcelona-ES: Direito Mercantil, Direito Civil, Direito do Consumidor e nova tecnologias aplicadas ao Direito. 1 ed. Barcelona : Laborum, 2015, v.1, p. 1-110.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Dano reflexo, Dano por ricochete

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788492602865

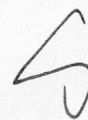
2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive a intimidade In: Direito Civil: Estudos em homenagem a José de Oliveira Ascensão. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2015, v.2, p. 3-13.

Palavras-chave: Direito Privado, Direitos da Personalidade, Intimidade, Nome

Áreas do conhecimento : DIREITO CIVIL

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522498512



3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro no século XX In: 1988 a 2002: A constitucionalização do Direito Civil brasileiro. 1 ed. Fortaleza : Unichristus, 2014, p. 119-133.

Palavras-chave: BGB, Direito Civil, Codificação

Áreas do conhecimento : Direito Civil, História do Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788599562468

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Responsabilidade civil e Internet: Problemas de qualificação e classificação de conflitos nas redes sociais In: Responsabilidade Civil e inadimplemento no Direito brasileiro: Aspectos Polêmicos. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2014, v.1, p. 283-302.

Palavras-chave: Direito Civil, Responsabilidade Civil, Internet, Redes sociais

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522482252

5. MAMEDE, G., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Uma introdução ao Direito da Arte In: Direito da Arte. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2014, v.1, p. 8-16.

Palavras-chave: Arte, Direito da Arte, Cultura, Bens

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522491568

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Do príncipe Bismarck à princesa Carolina de Mônaco: vida privada das pessoas célebres e as liberdades comunicativas no Direito Civil In: 10 anos de vigência do Código Civil brasileiro de 2002: Estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf. 1 ed. São Paulo : Saraiva, 2013, v.1, p. 111-125.

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, LIBERDADES COMUNICATIVAS

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788502201620

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Exceções no Direito Civil: um tema em busca de um autor? In: Prescrição e decadência: Estudos em homenagem a Agnelo Amorim Filho. 1 ed. Salvador : JusPodium, 2013, v.1, p. 411-422.

Palavras-chave: Prescrição, Exceção

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Processual Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8577618919

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Um "modelo de revisão contratual por etapas" e a jurisprudência contemporânea do Superior Tribunal de Justiça In: Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2013, v.1, p. 469-514.

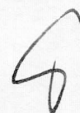
Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522474646

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Liberdade de expressão e controle de propaganda de medicamentos e das advertências na ordem jurídica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (parecer) In: Direitos da Personalidade. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2012, v.1, p. 152-170.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade, Direitos fundamentais, LIBERDADE DE EXPRESSÃO, Advertências Administrativas



Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Constitucional, Direito Administrativo
Setores de atividade : Atividades administrativas e serviços complementares, Saúde humana e serviços sociais
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522471348

10. MIRANDA, Jorge, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, FRUET, Gustavo Bonato
 Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no direito comparado
 In: Direitos da Personalidade. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2012, v.1, p. 1-24.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade, Direitos fundamentais
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522471348

11. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Propriedade e função social: Exame crítico de um caso de "constitucionalização" do Direito Civil
 In: Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda: Volume 3 - Direito Constitucional e Justiça Constitucional. 1 ed. Coimbra : Coimbra Editora, 2012, v.3, p. 61-90.

Palavras-chave: Direito Civil, Propriedade, Direito Constitucional, Constitucionalização
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 0870311600

12. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

A doutrina do terceiro cúmplice: autonomia da vontade, o princípio res inter alios acta, função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos In: Obrigações e contratos: contratos: princípios e limites. 1 ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2011, v.3, p. 1225-1250.

Palavras-chave: Contrato, Função social, DIREITO CIVIL - OBRIGACOES - TERCEIRO CÚMPLICE - R
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Privado
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788520340

13. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

A doutrina do terceiro cúmplice nas relações matrimoniais In: Grandes Temas de Direito de Família e das Sucessões. 1 ed. São Paulo : Saraiva, 2011, v.1, p. 262-282.

Palavras-chave: Direito de Família, Responsabilidade Civil, Direito Civil
Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil, Direito Privado
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. ISBN: 9788502102675

14. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Dogmática e crítica da jurisprudência (ou da vocação da doutrina em nosso tempo) In: Doutrinas Essenciais: Direito Civil. Parte Geral. Teoria Geral do Direito.. 1 ed. São Paulo : RT, 2011, v.1, p. 829-872.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, doutrina
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788520341711

15. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ALVES, Alessandra Vanessa, CARVALHO, Maria Cristina, NEVES, E. A., GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro, ALCÂNTARA, Guilherme

O marco regulatório da vigilância sanitária In: Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. 1 ed. Brasília : IP, 2011, v.1, p. 369-390.

Palavras-chave: Direito Administrativo, Vigilância Sanitária, Direito Sanitário

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Administrativo

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social, Saúde humana e serviços sociais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788564404007

16. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Responsabilidade Civil no Direito Romano In: Responsabilidade Civil Contemporânea: em homenagem a Sílvia de Salvo Venosa. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2011, v.1, p. 1-16.

Palavras-chave: Responsabilidade, Responsabilidade Civil, Direito Romano

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788522462049

17. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Cláusula penal: natureza e função no Direito Romano In: O sistema contratual romano: de Roma ao direito actual. 1 ed. Coimbra : Coimbra Editora, 2010, v.1, p. 911-926.

Palavras-chave: AUTONOMIA PRIVADA - AUTONOMIA DA VONTADE - CONTRAT, CLÁUSULA PENAL - REVISÃO - LIMITES - NATUREZA - FU

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 00000000000000

18. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Propriedade e Constitucionalização do Direito Civil In: Propriedade e meio ambiente: da inconciliação à convergência. 1 ed. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2010, v.1, p. 118-142.

Palavras-chave: Direito Civil, Propriedade, Constituição

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Constitucional

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788578400279

19. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Artigo 5, incisos IV a IX In: Comentários à Constituição Federal de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 95-108.

Palavras-chave: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, LIBERDADES COMUNICATIVAS, LIBERDADE RELIGIOSA

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade : Informação e comunicação, Artes, cultura, esporte e recreação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530929237

20. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, MONTENEGRO FILHO, Misael

Artigo 5, incisos LXIX e LXX In: Comentários à Constituição Federal de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 245-276.

Palavras-chave: Ações Constitucionais, Mandado de Segurança

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. ISBN: 9788530929237

21. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Artigos 104 e 105, caput, incisos I e II In: Comentários à Constituição Federal de 1988.1 ed.Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 1397-1436.

Palavras-chave: Superior Tribunal de Justiça, Recursos no STJ

Áreas do conhecimento : Direito,Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530929237

22. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, ROCHA, Maria Vital da

Artigos 239 e 240 In: Comentários à Constituição Federal de 1988.1 ed.Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1, p. 2443-2446.

Áreas do conhecimento : Direito,Direito Constitucional

Setores de atividade : Transporte, armazenagem e correio

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530929237

23. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Guarda compartilhada: discricionariedade, situação jurídico-física do menor, alimentos e modificação do regime de guarda pela alteração do Código Civil In: Guarda Compartilhada.1 ed.São Paulo : Método, 2009, p. 281-296.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito de Família

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530928414

24. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Autonomia da Vontade, o princípio da relatividade dos efeitos do contrato e a doutrina do terceiro cúmplice. In: A autonomia da vontade e as condições gerais do contrato. De Roma ao Direito Atual. Anais do Congresso Iberoamericano de Direito Romano.1 ed.Fortaleza : Universidade de Fortaleza, 2003, v.1, p. 191-217.

Palavras-chave: DIREITO ROMANO - RES INTER ALIOS ACTA - DIREITO CI

Áreas do conhecimento : Direito Civil,Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8575640720

Estudo do princípio "res inter alios acta" no Direito Romano. Evolução jurídica do terceiro em Roma e no Direito Civil atual. Exceções ao princípio "res inter alios acta": contrato com pessoa a declarar, estipulação em favor de terceiro, contrato em dano de terceiro. Doutrina do terceiro cúmplice.

Livros organizados

1. FIUZA, C. A. C., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, SILVA, Rafael Peteffi da

Direito Civil: (Re)pensando o Direito: Desafios para a construção de novos paradigmas. Florianópolis : Conpedi/UFSC, 2014, v.1, p.569.

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=148>

2. FIUZA, C. A. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, CARVALHO NETO, F. C.
Direito Civil: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. João Pessoa : Conpedi/UFPB, 2014, v.1.
p.378.

Palavras-chave: Direito Civil, Codificação

Áreas do conhecimento : Direito Civil

*Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:
<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=241>*

3. MAMEDE, G., FRANCA FILHO, M. T., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Direito da Arte. São Paulo : Atlas, 2014, v.1. p.449.

Palavras-chave: Arte, Direito da Arte, Cultura

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. LOPEZ, Teresa Ancona, LEMOS, P. F. I., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo :
Atlas, 2013, v.1. p.742.

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Sociologia Jurídica

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MIRANDA, Jorge, FRUET, Gustavo Bonato

Direitos da Personalidade. São Paulo : Atlas, 2012, v.1. p.462.

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Intimidade, Nome, Direitos fundamentais

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Sectores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ROBERTO, G. B. S., PINTO, N. L.

Relações privadas e democracia. Florianópolis : Funjab, 2012, v.1. p.506.

*Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:
<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=98>*

7. PONTES DE MIRANDA, F. C. , GUEDES, J. C. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Tratado de Direito Privado: Direito das Coisas, Ações Imobiliárias, Perda da Propriedade. tomo 14..
São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.624.

Palavras-chave: Direito Civil, Propriedade, Ação Reivindicatória, Usucapião

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Civil, Direito Processual Civil

Sectores de atividade : Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, Atividades imobiliárias

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. PONTES DE MIRANDA, F. C. , GUEDES, J. C. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Tratado de Direito Privado: Direito das Coisas, Condomínio, Terras Devolutas. tomo 12.. São Paulo
: Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.768.

Palavras-chave: Direito Civil, Condomínio, Terras Devolutas, Bem de família

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Civil

Sectores de atividade : Atividades imobiliárias, Construção de edifícios

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. PONTES DE MIRANDA, F. C. , **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, QUARCH, T.,
GUEDES, J. C. C.

Tratado de Direito Privado: Exceções, exercício dos direitos, prescrição. tomo 6.. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.832.

Palavras-chave: Direito Civil, Prescrição, Exceção, Ação

Áreas do conhecimento : Direito Privado, Direito Processual Civil

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

10. PONTES DE MIRANDA, F. C. , **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GUEDES, J. C. C. Tratado de Direito Privado: Propriedade Mobiliária. tomo 15.. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012, v.60. p.848.

Palavras-chave: Propriedade, Pesca, Caça, Tesouro, Especificação

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Pesca e Aquicultura

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

11. GUEDES, Jefferson Carús, HAUSCHILD, Mauro Luciano, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. Brasília : IP, 2011, v.1. p.496.

Palavras-chave: Direito Público, Direito Privado, Ciência da Administração

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

12. HAUSCHILD, Mauro Luciano, GUEDES, Jefferson Carús, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Direito portuário: contratos, regulação e mercado. Conclusões do III Seminário sobre Direito Portuário. Brasília : IP, 2011, v.1. p.192.

Palavras-chave: Mercado, Regulação, Propriedade, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Transporte, armazenagem e correio

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

13. HAUSCHILD, Mauro Luciano, GUEDES, Jefferson Carús, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Meio ambiente, propriedade e agronegócio. Brasília : IP, 2011, v.1. p.186.

Palavras-chave: Direito Privado, Direito Agrário, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

14. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MAMEDE, G., ROCHA, Maria Vital da

Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo : Atlas, 2011, v.1. p.766.

Palavras-chave: Direito Civil, Responsabilidade Civil, Responsabilidade

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

15. BONAVIDES, Paulo, MIRANDA, Jorge, AGRA, Walber de Moura, BILAC PINTO FILHO,

Francisco, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro : Forense, 2009, v.1. p.2526.

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social, Atividades administrativas e serviços complementares, Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Atuou como coordenador editorial.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Os Tribunais de Contas e o Poder Executivo In: Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, 2004, Fortaleza.

Anais do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas. Edições do Banco do Nordeste do Brasil, 2004. v.1. p.193 - 206

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Previdenciário

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Direito de Greve dos Servidores Públicos e sua Relação com os Direitos Coletivos na Constituição Federal de 1988 In: 10 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, 1995, São Paulo.

Jornal do 10 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTR, 1995. p.49 - 59

Palavras-chave: Servidor Público, Greve, Direitos Coletivos, Direito do Trabalho

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Constitucional

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Os Programas Sociais de Trabalho Educativo e as Questões Laborais Relativas ao Uso da Mão-de-obra Adolescente In: 3 Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, 1995, São Paulo.

Jornal do 3 Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho. São Paulo: LTR, 1995. p.36 - 38

Palavras-chave: Direitos Sociais, Criança e Adolescente, Relação de Trabalho, Educação

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional, Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Imunidade Tributária das Entidades Fechadas de Previdência Privada em face da Constituição In: 7º Congresso Brasileiro de Previdência Social, 1994, São Paulo.

Jornal do 7º Congresso Brasileiro de Previdência Social. São Paulo: LTR, 1994. p.62 - 65

Palavras-chave: Previdência Complementar, Imunidade Tributária, Isenção, Limitações constitucionais ao poder de tributar, entidades fechadas de previdencia complementar

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Previdenciário, Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

As Funções do Sindicato na Sociedade Pós-Industrial In: 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, 1994, São Paulo.

Jornal do 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. São Paulo: LTR, 1994. p.61 - 64

Palavras-chave: Direito do Trabalho, Direitos Coletivos, Direitos Sociais, Sindicato

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Considerações acerca do Registro Sindical em face da Instrução Normativa n.3 do Ministério do Trabalho In: 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, 1994, São Paulo.

Jornal do 9 Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 8 Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. São Paulo: LTR, 1994. p.37 - 38

Palavras-chave: Direito do Trabalho, Sindicato, Registro Sindical

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado

Setores de atividade : Outros

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Aspectos Jurídicos do Programa de Monitorias e a Necessidade de sua Normatização In: IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1995, Fortaleza.

Revista de Teses do IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995. p.50 - 51

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Aspectos Jurídicos do Programa de Monitorias e a Necessidade de sua Normatização In: IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1995, Fortaleza.

Revista de Teses do IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995. p.50 - 51

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Direito Constitucional I e a Utilização de Métodos Específicos na sua Aprendizagem In: IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1995, Fortaleza.

Revista de Teses do IV Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995. p.56 - 57

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Imunidade Tributária das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Face da Constituição Federal de 1988 In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do

4

Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994. p.132 - 132

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Monitoria na Construção da Ciência Jurídica: Análise das Metodologias Didáticas Específicas e Sugestões de Aprimoramento na Aprendizagem In: III Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do III Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994. p.157 - 157

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A Terceirização em Face do Enunciado n.331 do Tribunal Superior do Trabalho e sua Influência sobre os Julgados dos Tribunais Regionais Brasileiros no ano de 1994 In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Imprensa Universitária: Imprensa Universitária, 1994. p.137 - 137

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Poder Jurídico Estatal e as Novas Alternativas de Justiça Popular - Resultados Preliminares In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1994, Fortaleza.

Revista de Teses do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994. p.139 - 139

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Monitoria e Pesquisa Científica In: II Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, 1993, Fortaleza.

Revista de Teses do II Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1993.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O Poder Jurídico Estatal e as Novas Alternativas de Justiça Popular In: XII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1993, Fortaleza.

Revista de Teses do XII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Imprensa Universitária: Imprensa Universitária, 1993. p.124 - 124

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Artigos em jornal de notícias

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Energia binacional: Revisar acordo sobre Itaipu fere Direito Internacional. Consultor Jurídico. www.conjur.com.br, 2008.

Palavras-chave: Direito Internacional, Tratado, Cláusula rebus sic stantibus

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Segurança Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.conjur.com.br/static/text/67728,1#null>

Apresentação de trabalho e palestra

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

A prática do ensino jurídico nos diversos países, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Ensino jurídico

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Direito do Recife; Cidade: Recife; Evento: II Congresso de Ensino Jurídico da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) - 8 a 11 de junho; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Direito do Recife - Universidade Federal de Pernambuco

2. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, GOZZO, D.

Mecanismos de abertura do Direito Privado. Exegese dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Poderes do juiz e sentença determinativa, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Boa-fé, Cláusula geral, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Sede da Escola Paulista da Magistratura; Cidade: São Paulo; Evento: Curso Sistema de Direito Civil; Inst.promotora/financiadora: Escola Paulista da Magistratura

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O ensino do Direito Civil no Direito Comparado, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Comparado, Direito Civil, Ensino jurídico

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Auditório da UFMT (25.5.2015); Cidade: Cuiabá; Evento: Seminário Jurídico e Congresso da Unasul; Inst.promotora/financiadora: Coordenação de Ensino de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Constitucionalização do Direito Privado, 2014. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Constitucional, Constitucionalização

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Palestra no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Inst.promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, CAGGIANO, M. H. S., GALLUPO, M. C.

Direito Educacional: a pós-graduação em Direito no Brasil, 2013. (Conferência ou



palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Educacional, Pós-Graduação em Direito

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba; Cidade: Curitiba; Evento: XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI; Inst.promotora/financiadora: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; Cidade: Brasília; Evento: Projeto Direito Integral (ProDi) - Docência Temática; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Demais produções bibliográficas

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Prefácio ao livro Direito de Construir: Perfil Constitucional e Restrições. Curitiba:Juruá, 2012. (Prefácio, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade, Função social

Áreas do conhecimento : Direito Civil,Direito Administrativo

Setores de atividade : Atividades imobiliárias

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. HAUSCHILD, Mauro Luciano, GUEDES, Jefferson Carús, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação dos Coordenadores do livro Meio ambiente, propriedade e agronegócio. Brasília:IP, 2011. (Prefácio, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Privado, Direito Agrário, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Setores de atividade : Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Prefácio à 1a. edição do livro O discurso constituinte. Belo Horizonte:Fórum, 2009. (Prefácio, Prefácio, Posfácio)

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. FIUZA, C. A. C., SILVA, Rafael Peteffi da, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação do livro Direito Civil: (Re)pensando o Direito: Desafios para a construção de novos paradigmas.. Florianópolis:Conpedi/UFSC, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação e Linha Editorial da Revista de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo:ThomsonReuters/Revista dos Tribunais, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. FIUZA, C. A. C., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, CARVALHO NETO, F. C.

Direito Civil: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis:Conpedi/UFPB, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=241>

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Journal of Contemporary Private Law's presentation and general editorial guidelines. São Paulo:ThomsonReuters/Revista dos Tribunais, 2014. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Privado

Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

8. LOPEZ, Teresa Ancona, LEMOS, P. F. I., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação do livro Sociedade de risco e Direito Privado. São Paulo:Atlas, 2013. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Áreas do conhecimento : Direito Privado,Sociologia Jurídica

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, ROBERTO, G. B. S., PINTO, N. L.

Apresentação do livro Relações Privadas e democracia. Florianópolis:Funjab, 2012. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ficha/39/98.pdf>

10. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação ao livro Curso de Direito Administrativo: Segundo a jurisprudência do STJ e do STF. São Paulo:Atlas, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

11. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Apresentação ao livro Responsabilidade Civil Contemporânea: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo:Atlas, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Responsabilidade. Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil,Direito Privado

Sectores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

12. GUEDES, Jefferson Carús, HAUSCHILD, Mauro Luciano, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Nota dos Coordenadores ao livro de Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado. Brasília:IP, 2011. (Apresentação, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito Público, Direito Administrativo, Direito Privado
Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Administrativo
Setores de atividade : Administração pública, defesa e segurança social
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

13. MAMEDE, G., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, FRANCA FILHO, M. T.
A note from the organizers (Art Law). São Paulo:Atlas, 2014. (Introdução, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito da Arte, Arte, Cultura
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

14. MAMEDE, G., FRANCA FILHO, M. T., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Nota dos Organizadores (Direito da Arte). São Paulo:Atlas, 2014. (Introdução, Prefácio, Posfácio)

Palavras-chave: Direito da Arte, Cultura, Arte
Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional
Referências adicionais : Brasil/Português.

15. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, DIAS TOFFOLI, José Antonio
Hans Kelsen: o jurista e suas circunstâncias (Estudo introdutório à edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen). Estudo introdutório à edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2011. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, História
Áreas do conhecimento : Direito, Filosofia, História
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

16. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Revisão técnica da edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Revisão técnica da edição brasileira da "Autobiografia" de Hans Kelsen. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2011. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, História
Áreas do conhecimento : Direito, Filosofia, História
Setores de atividade : Outras atividades de serviços
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Produção técnica

Demais produções técnicas

1. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Curso de Especialização em Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial, 2014. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Contrato, Contratos imobiliários
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Referências adicionais : Brasil/Português. 30 horas. Meio de divulgação: Outro

2. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**
Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito

Comparado, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. 4 horas. Meio de divulgação: Outro

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Constitucionalização do Direito Civil e eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares (Drittwirkung): visão crítica da dogmática e da jurisprudência, 2010. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Constitucional, Direito Privado

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. 15 horas. Meio de divulgação: Outro

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, MIRANDA, Jorge

Constitucionalização do Direito Privado, Direito Civil-Constitucional, Eficácia dos Direitos Fundamentais (Drittwirkung): apontamentos iniciais, 2010. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Privado

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Portugal/Português. 3 horas. Meio de divulgação: Outro

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Regime de Bens no Código Civil, 2009. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito de Família

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Outro

Produção artística/cultural

Outra produção artística/cultural

1. JANTALIA, Fabiano, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, RUFINO, Victor

Evento: **Programa Academia - A revisão judicial de taxas de juros em contratos bancários: uma análise crítica sob o prisma do Direito Econômico, 2010.** Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. DELGADO, Mário Luiz, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, GUEDES, Jefferson Carús

Evento: **Programa Academia - Codificação, decodificação e recodificação do Direito Civil brasileiro, 2010.** Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.



3. MARTINS, Marcelo Guerra, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ALMEIDA NETO, Manoel Carlos

Evento: **Programa Academia - Democracia fiscal e seus fundamentos à luz do Direito e Economia**, 2010. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, COUTO FILHO, Reinaldo

Evento: **Defenda sua Tese - Reparação civil na separação e no divórcio**, 2009. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, NORONHA, João Otávio de, VENOSA, Sílvio de Salvo
Evento: **Programa Academia - Revisão judicial dos contratos**, 2009. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 50.

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Evento: **Programa Iluminuras - Encontro com o autor**, 2009. Cidade do evento: Brasília. País: Brasil. Duração: 30.

Referências adicionais : Brasil/Português.

Educação e Popularização de C&T **Apresentação de trabalho e palestra**

1. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

A prática do ensino jurídico nos diversos países, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Ensino jurídico

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Direito do Recife; Cidade: Recife; Evento: II Congresso de Ensino Jurídico da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) - 8 a 11 de junho; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Direito do Recife - Universidade Federal de Pernambuco

2. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GOZZO, D.

Mecanismos de abertura do Direito Privado. Exegese dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Poderes do juiz e sentença determinativa, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Boa-fé, Cláusula geral, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito Civil



Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Sede da Escola Paulista da Magistratura; Cidade: São Paulo; Evento: Curso Sistema de Direito Civil; Inst.promotora/financiadora: Escola Paulista da Magistratura

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

O ensino do Direito Civil no Direito Comparado, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Comparado, Direito Civil, Ensino jurídico

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Auditório da UFMT (25.5.2015); Cidade: Cuiabá; Evento: Seminário Jurídico e Congresso da Unasul; Inst.promotora/financiadora: Coordenação de Ensino de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso

4. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Constitucionalização do Direito Privado, 2014. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Constitucional, Constitucionalização

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Palestra no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-RS; Inst.promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

5. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, CAGGIANO, M. H. S., GALLUPO, M. C.

Direito Educacional: a pós-graduação em Direito no Brasil, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Educacional, Pós-Graduação em Direito

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba; Cidade: Curitiba; Evento: XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI; Inst.promotora/financiadora: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; Cidade: Brasília; Evento: Projeto Direito Integral (ProDi) - Docência Temática; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Curso de curta duração ministrado

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. 4 horas. Meio de divulgação: Outro

Demais produções técnicas

1. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no Direito Comparado, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Civil, Direitos da Personalidade, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. 4 horas. Meio de divulgação: Outro

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Dissertações de mestrado : co-orientador

1. Adriana da Fontoura Alves. **Anencefalia: aborto e interrupção voluntária da gestação. Uma análise sob a perspectiva constitucional, com ênfase para o discurso jurídico aplicado**. 2014. Dissertação (Constituição e Sociedade) - Instituto Brasiliense de Direito Público

Palavras-chave: Anencefalia, Vida, Aborto, Nascimento

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

A orientadora principal foi a Professora Doutora Mariana Maurmann Ximenes (IDP)

2. Arthur Maximus Monteiro. **O controle de constitucionalidade das omissões legislativas pelo Supremo Tribunal Federal: os problemas dos instrumentos de fiscalização e as propostas de solução**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade de Lisboa

Palavras-chave: Mandado de injunção, Controle de constitucionalidade

Áreas do conhecimento : Direito Público, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

O orientador principal foi o Professor Catedrático Carlos Blanco de Moraes (Universidade de Lisboa)

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Eduardo Teixeira Magalhães. **Da validade dos conhecimentos fortuitos obtidos por intermédio de interceptações telefônicas legalmente autorizadas**. 2009. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito



Setores de atividade : Informação e comunicação
Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Geralda Aparecida Teixeira. **Desvios na política de Comunicação Social em Radiodifusão Comunitária**. 2008. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. Kiyomi Maezoe. **Licitação de Serviços de Radiodifusão no Brasil: a alteração contratual no curso do procedimento licitatório**. 2008. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. Marianne dos Santos Abe. **Limites ao controle judicial do ato regulatório da ANATEL**. 2008. Monografia (Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Simone Santos Guimarães. **A penhora do bem de família do fiador no contrato de locação**. 2006. Curso (Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito Civil, Locação Predial Urbana, Fiador, Bem de família

Áreas do conhecimento : Direito.Direito Civil

Setores de atividade : Outros Setores

Referências adicionais : Brasil/Português.

Orientações e supervisões em andamento

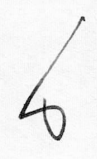
Dissertações de mestrado : orientador principal

1. Paulo Eduardo Campanella Eugênio. **Dano de privação de uso: Perspectivas do Direito brasileiro**. 2014. Dissertação (Direito Civil) - Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Dano de privação de uso, Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.



Teses de doutorado : orientador principal

1. Jorge Cesa Ferreira da Silva. **Discriminação no Direito Contratual brasileiro**. 2015. Tese (Direito Civil) - Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Contrato, Autonomia da vontade, Drittwirkung

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

Teses de doutorado : co-orientador

1. Paulo Roberto Roque Antonio Khouri. **O direito à informação e o risco contratual**. 2014. Tese (Curso de Doutorado em Ciências Jurídico-Civis) - Universidade de Lisboa

Palavras-chave: Risco, Informação, Boa-fé

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

O orientador principal é o Professor Catedrático Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez (Universidade de Lisboa)

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Augusto César Lukascheck Prado. **Retrocessão na compra e venda**. 2015. Curso (Direito) - Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Compra e venda, Retrocessão, Cláusulas especiais, Desapropriação

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Administrativo

Referências adicionais : Brasil/Português.

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. Conferencista no(a) **X Congresso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina**, 2015. (Congresso)

A eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares: uma visão crítica à luz da jurisprudência alemã.

2. Conferencista no(a) **II Congresso de Ensino Jurídico da Faculdade de Direito do Recife**, 2015. (Congresso)

A prática do ensino jurídico nos diversos países.

3. Conferencista no(a) **A Universidade e as Profissões (Faculdade de Direito da USP)**, 2015. (Encontro)

As carreiras jurídicas.

4. Simposista no(a) **Audiência Pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**, 2015. (Outra)
Discussão do Projeto de Lei 5921/2001, que trata sobre a publicidade e propaganda de produtos infantis.
5. Moderador no(a) **XXIV Encontro Nacional do CONPEDI**, 2015. (Congresso)
Grupo de Trabalho de Direito Civil Contemporâneo.
6. Conferencista no(a) **Curso Sistema de Direito Civil**, 2015. (Outra)
Mecanismos de abertura do Direito Privado. Exegese dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Poderes do juiz e sentença determinativa.
7. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico e Congresso da Unasul**, 2015. (Congresso)
O ensino do Direito Civil no Direito Comparado.
8. Conferencista no(a) **Semana do Calouro 2015 (Centro Acadêmico Hugo Simas e Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná)**, 2015. (Encontro)
Os desafios do ensino jurídico no Brasil.
9. Moderador no(a) **Conferência de Direito Comparado**, 2015. (Outra)
Tortious apples and criminal oranges: Comparing tort and crime.
10. Conferencista no(a) **Jornadas Conimbricenses de Direito Lusobrasileiro na Universidade de Coimbra**, 2014. (Simpósio)
A eficácia dos direitos fundamentais em relação aos privados: recentes decisões do Tribunal Constitucional alemão.
11. Conferencista no(a) **II Congresso Luso-Brasileiro de Direito: O Direito no Século XXI. Novas Perspectivas**, 2014. (Congresso)
A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro.
12. Conferencista no(a) **Encontro do Curso de Pós-Graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense**, 2014. (Oficina)
A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro.
13. Conferencista no(a) **III Encontro Catarinense de Direito de Família e III Encontro Nacional de Juízes de Família**, 2014. (Encontro)
Alimentos compensatórios: perspectivas no Direito Comparado.
14. Simposista no(a) **Como a mediação e a arbitragem podem ajudar no acesso e na agilização da Justiça?**, 2014. (Simpósio)
Arbitragem: Temas controvertidos 2.
15. Moderador no(a) **Jornadas Conimbricenses de Direito Lusobrasileiro na Universidade de Coimbra**, 2014. (Simpósio)
Cadência Histórica do Constitucionalismo Lusobrasileiro (conferência inaugural).
16. Moderador no(a) **Ciclo de Estudos de Direito Privado Contemporâneo**, 2014. (Seminário)
Dez anos do art.422 do Código Civil: Luz e sombra na aplicação do princípio da boa-fé objetiva na prática judicial brasileira.

17. Conferencista no(a) **XXIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2014. (Congresso)
Direito Civil Contemporâneo e suas dimensões.
18. Conferencista no(a) **III Congresso Nacional da FEPODI**, 2014. (Congresso)
Educação jurídica e a pós-graduação no século XXI.
19. Conferencista no(a) **III Congresso Nacional da Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito**, 2014. (Congresso)
Educação jurídica e a pós-graduação no século XXI.
20. Moderador no(a) **III Congresso Nacional da FEPODI**, 2014. (Congresso)
Grupo de Trabalho - Direito Civil.
21. Moderador no(a) **XIII Congresso Nacional do CONPEDI - Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, 2014. (Congresso)
Grupo de Trabalho - Direito Civil I.
22. Moderador no(a) **III Congresso Nacional da Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito**, 2014. (Congresso)
Grupo de Trabalho de Direito Civil.
23. Moderador no(a) **VIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDI**, 2014. (Congresso)
O papel das escolas profissionais na educação jurídica.
24. Simposista no(a) **A terra como objeto de direito na Rússia e no Brasil**, 2014. (Congresso)
O regime jurídico das terras indígenas: um "carrefour" entre o Direito Privado e o Direito Público.
25. Simposista no(a) **Repensando o Direito (Colegiado do Curso de Direito da UFES)**, 2014. (Simpósio)
Reforma da matriz curricular do curso de Direito.
26. Conferencista no(a) **Encontro dos Professores da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, 2014. (Encontro)
Reforma do marco regulatório do ensino jurídico brasileiro e a construção das diretrizes curriculares.
27. Moderador no(a) **XIII Semana FA7 de Direito**, 2014. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos e a jurisprudência do STJ.
28. Simposista no(a) **II Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil**, 2014. (Congresso)
Titularidades, empresa e garantias.
29. Conferencista no(a) **II Encontro Catarinense de Direito de Família**, 2013. (Seminário)
A doutrina do terceiro cúmplice nas relações matrimoniais.
30. Conferencista no(a) **Jornadas Pontes de Miranda**, 2013. (Encontro)
A influência do Código Civil alemão no Direito brasileiro e a obra de Pontes de Miranda.



31. Simposista no(a) **VI Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal**, 2013. (Seminário)
A publicização do regime privado das relações de trabalho na jurisprudência.
32. Conferencista no(a) **Curso de Formação Continuada para Magistrados da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, 2013. (Outra)
A responsabilidade civil do Estado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
33. Moderador no(a) **Encontro Regional da ABEDI - Associação Brasileira de Ensino do Direito - Região Sul e II Seminário de Acesso à Pesquisa e Informação: As publicações científicas na área do Direito**, 2013. (Encontro)
Carreiras jurídicas e o repensar dos concursos públicos.
34. Conferencista no(a) **XIV ENAU-Encontro Nacional dos Advogados da União e X Seminário Nacional sobre Advocacia de Estado**, 2013. (Seminário)
Conflitos sociais e políticas públicas: o papel da advocacia pública nesse jogo de sombras.
35. Conferencista no(a) **IV Simpósio de Direito Empresarial da Aliança de Advocacia Empresarial**, 2013. (Simpósio)
Constituição e segurança jurídica.
36. Moderador no(a) **XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2013. (Oficina)
Desafios do Direito Civil na sociedade global.
37. Simposista no(a) **XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2013. (Congresso)
Direito Educacional.
38. Simposista no(a) **Mesa de diálogo entre Direito Público e Direito Privado**, 2013. (Oficina)
Direito Privado e Direito Público: Distinções e aproximações.
39. Conferencista no(a) **III Congresso de Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito**, 2013. (Congresso)
Direito público e direito privado em Kelsen.
40. Simposista no(a) **Docência Temática Conjunta no Projeto Direito Integral**, 2013. (Oficina)
Dogmática e crítica da jurisprudência: qual o papel da doutrina em nosso tempo?.
41. Simposista no(a) **10 Seminário sobre relações de consumo**, 2013. (Seminário)
Recall de alimentos e a consulta pública n.21/13 da ANVISA.
42. Conferencista no(a) **XXI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, 2012. (Congresso)
Direito Civil Constitucional e Autonomia Privada.
43. Conferencista no(a) **X Semana do Direito do Centro Universitário Christus**, 2012. (Seminário)
Direitos da personalidade e direitos fundamentais.



44. Simposista no(a) **Universitas e Direito 2012: I Congresso Internacional de Direito, Democracia e Inclusão**, 2012. (Congresso)
Direitos humanos e democracia na América Latina.
45. Conferencista no(a) **Seminário Nacional de Direito Comercial**, 2012. (Seminário)
Função Social da Empresa e a experiência do Direito Privado.
46. Conferencista no(a) **II Seminário de Altos Estudos sobre Administração Pública**, 2012. (Seminário)
O controle da Administração Pública no Estado de Direito.
47. Conferencista no(a) **Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Empresarial, Contratos e Responsabilidade civil e Família**, 2012. (Outra)
O Direito Civil de nosso tempo: Desafios e perspectivas.
48. Conferencista no(a) **Conferência na Escola Superior de Advocacia da OAB de Santa Catarina**, 2012. (Outra)
O Direito Civil está morto?.
49. Conferencista no(a) **VII Semana de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará**, 2012. (Seminário)
Relações paracontratuais.
50. Moderador no(a) **Seminário Franco-Brasileiro de Transportes**, 2012. (Seminário)
Serviço público: definição, princípios e regimes de exploração no Brasil e na França.
51. **Workshop sobre Ciência da Informação Jurídica - Escola da Advocacia-Geral da União**, 2012. (Oficina)
52. Conferencista no(a) **Conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, 2011. (Outra)
Direito Privado, Direitos Fundamentais e Direito Civil-Constitucional: Refutações e Críticas Metodológicas.
53. Conferencista no(a) **VII Conferência dos Advogados do Distrito Federal - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal**, 2011. (Congresso)
"Duty to mitigate the loss" no Direito Civil brasileiro: possibilidades e imprecisões.
54. Apresentação Oral no(a) **V Jornada de Direito Civil - 10 anos do Código Civil de 2002**, 2011. (Simpósio)
Enunciado sobre a Parte Geral do Código Civil - cláusula geral dos bons costumes.
55. Conferencista no(a) **Fóruns Funcionalização do Direito Privado: Direito Privado, Obrigações, Propriedade e Posse**, 2011. (Seminário)
Funcionalização do Direito Privado: Obrigações.
56. Simposiasta no(a) **Mesa redonda e lançamento do livro Autobiografia de Hans Kelsen**, 2011. (Outra)

Hans Kelsen: o jurista e suas circunstâncias.

57. Conferencista no(a) **VIII Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente: Justiça e Direito do Ambiente**, 2011. (Simpósio)

Jurisprudência ambiental: uma visão dos julgados dos tribunais no Brasil e o seu diálogo com o direito civil.

58. Simposista no(a) **VIII Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente: Justiça e Direito do Ambiente**, 2011. (Simpósio)

Justiça e Direito do Ambiente.

59. Conferencista no(a) **XVI Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina**, 2011. (Congresso)

Obrigação de mitigar os danos sofridos: análise crítica da jurisprudência.

60. Conferencista no(a) **X Jornada FA7 de Direito e Cultura - Faculdade 7 de Setembro**, 2011. (Seminário)

Responsabilidade civil contratual e extracontratual: aproximação entre as experiências brasileiras e alemã.

61. Conferencista no(a) **Semana Jurídica da Faculdade Processus**, 2010. (Outra)

A doutrina do terceiro cúmplice nas relações familiares.

62. Conferencista no(a) **Semana Jurídica do Centro Universitário UNIEURO**, 2010. (Seminário)

A eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares.

63. Conferencista no(a) **I Circuito de Direito Constitucional**, 2010. (Seminário)

Análise crítica do Direito Civil Constitucional.

64. Moderador no(a) **IV Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente**, 2010. (Simpósio)

Apresentação do mapa da injustiça ambiental.

65. Conferencista no(a) **Semana do Advogado da OAB-DF**, 2010. (Simpósio)

Aspectos controvertidos da revisão contratual no Direito Civil e no Direito Consumidor.

66. Conferencista no(a) **II Congresso de Interesses Difusos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2010. (Congresso)

Dever de informação, consumidor e advertências na sociedade de risco.

67. Conferencista no(a) **VI Semana Jurídica da Faculdade Anhanguera de Anápolis**, 2010. (Seminário)

Direito das Obrigações: novos valores, novos institutos.

68. Conferencista no(a) **II Curso de Capacitação Pro Bono - Noções de Direito - da Escola da Advocacia-Geral da União**, 2010. (Outra)

Noções de Direito Civil.

69. Moderador no(a) **II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado: O papel das**

carreiras jurídicas de Estado para o desenvolvimento do País, 2010. (Congresso)

O marco regulatório da vigilância sanitária e da saúde.

70. Conferencista no(a) **XIV Semana de Direito da Universidade Regional do Cariri -URCA e IV Semana de Estudos Jurídicos da OAB Crato, 2010.** (Seminário)

O novo regime jurídico da guarda compartilhada.

71. Conferencista no(a) **I Conferência do Desenvolvimento do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.** (Congresso)

O papel da procuradoria no desenvolvimento.

72. Apresentação Oral no(a) **Congreso Iberoamericano de Derecho Romano, 2010.** (Congresso)

Os bons costumes no Direito Romano.

73. Conferencista no(a) **I Fórum Atlas de Direito Civil, 2010.** (Seminário)

Responsabilidade civil do terceiro cúmplice nas relações conjugais.

74. Conferencista no(a) **Aula Especial da Pós-Graduação em Direito do Instituto de Magistrados do Distrito Federal, 2010.** (Outra)

Revisão Judicial dos Contratos.

75. **Palestra de Jeffrey Jowell no Supremo Tribunal Federal sobre "A nova estrutura do Poder Judiciário no Reino Unido após as recentes modificações da Constituição Inglesa e o papel da Comissão de Veneza, 2010.** (Outra)

76. **VIII Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Parte do MERCOSUL e Associados, 2010.** (Encontro)

77. Conferencista no(a) **Seminário 150 anos de Clóvis Beviláqua, 2009.** (Seminário)

A relevância de Clóvis Beviláqua para o Direito Civil e sua polêmica com Rui Barbosa.

78. Simposiasta no(a) **Programa de Estudos Avançados - As Mudanças no Setor de Telecomunicações e sua Repercussão no Direito, 2009.** (Simpósio)

As novas formas de prestação de serviço em telecomunicações e a sua relação com o direito dos consumidores.

79. Conferencista no(a) **Programa de Estudos Avançados "As mudanças no setor de Telecomunicações e sua repercussão no Direito" da Escola da Magistratura Federal da 2a. Região - EMARF, 2009.** (Encontro)

As novas formas de prestação de serviços em telecomunicações e a sua relação com os direitos dos consumidores.

80. Conferencista no(a) **I Seminário Jurídico do IESB, 2009.** (Seminário)

Cinco teses contra o Direito Civil Constitucional.

81. Conferencista no(a) **I Seminário Jurídico do Instituto de Educação Superior de Brasília -IESB, 2009.** (Seminário)

Cinco teses contra o Direito Civil-Constitucional.

82. Apresentação Oral no(a) **XIV Congresso Ibero-americano de Direito Romano**, 2009. (Congresso)
Cláusula penal no Direito Romano: pena privada e função ressarcitória.
83. Conferencista no(a) **II Simpósio Internacional de Propriedade e Meio-Ambiente**, 2009. (Simpósio)
Constitucionalização do Direito Civil: novos parâmetros para a compreensão da propriedade.
84. Simposiasta no(a) **I Encontro Nacional da ANAUNI para o Consultivo**, 2009. (Simpósio)
Propostas para atuação integrada e coordenada entre os órgãos de consultivo e de contencioso.
85. Conferencista no(a) **Curso de Extensão de Regime de Bens no Código Civil do Instituto de Educação Superior de Brasília**, 2009. (Outra)
Regime de Bens no Código Civil.
86. Conferencista no(a) **Semana do Advogado da OAB-11 Subseção de Minas Gerais - Montes Claros**, 2009. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos.
87. **Capacitação dos Avaliadores do BASis no Instrumento de Autorização de Curso**, 2009. (Oficina)
88. Conferencista no(a) **I Fórum de Direito Ambiental do Pontal do Paranapanema**, 2008. (Congresso)
Biodiversidade e uso sustentável da propriedade.
89. Conferencista no(a) **Seminário Direito e Cidadania 2008 - Instituto Camilo Filho**, 2008. (Seminário)
Constitucionalização do Direito Privado: Críticas e perspectivas.
90. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico da Faculdade do Instituto Brasil -FIBRA**, 2008. (Seminário)
O moderno Direito dos Contratos.
91. Conferencista no(a) **Encontros Jurídicos da Escola Superior de Advocacia da OAB-MG**, 2008. (Encontro)
Revisão judicial dos contratos bancários.
92. Conferencista no(a) **II Semana Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Católica do Tocantins**, 2007. (Seminário)
A boa-fé objetiva e a revisão judicial dos contratos.
93. Conferencista no(a) **VII Semana Jurídica do CESUPA - Centro Universitário do Pará**, 2007. (Seminário)
A função social do contrato.
94. Conferencista no(a) **Semana Jurídica do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas – FACITEC**, 2007. (Seminário)



Estado de perigo e lesão.

95. Simposiasta no(a) **I Fórum de Liberdade Religiosa do Distrito Federal**, 2007. (Outra)
Liberdade religiosa.

96. Conferencista no(a) **VII Congresso Tributário do Nordeste Brasileiro e Congresso Brasileiro de Direito Municipal**, 2007. (Congresso)
O Poder Judiciário e a Função Social.

97. Conferencista no(a) **Direito 2007 – 5. Congresso Brasileiro de Operadores e Estudantes de Direito**, 2007. (Congresso)
Questões controvertidas e atuais sobre o recurso especial.

98. Conferencista no(a) **II Seminário de Estudos Jurídicos do Cariri da OAB-Crato**, 2007. (Seminário)
Recurso especial: Atualidades e requisitos constitucionais.

99. Conferencista no(a) **Palestra da Escola Superior de Advocacia da OAB- Santa Catarina**, 2007. (Outra)
Revisão judicial dos contratos.

100. Conferencista no(a) **VIII Semana Jurídica do Centro Universitário de Goiás – Uni-Anhangüera**, 2007. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos no Código Civil e no Código do Consumidor: novas tendências.

101. Conferencista no(a) **I Ciclo de Palestras Jurídicas**, 2006. (Seminário)
Revisão Judicial dos Contratos.

102. Conferencista no(a) **Grandes Encontros Jurídicos**, 2006. (Encontro)
Revisão Judicial dos Contratos.

103. Conferencista no(a) **Direito 2006 -Congresso Brasileiro de Operadores e Estudantes de Direito, IV Ciclo de Debates da Comissão de Apoio ao Advogado em Início de Carreira e Seminário Nacional sobre o Ensino Jurídico**, 2006. (Congresso)
Revisão Judicial dos Contratos: Causa e Relações Paracontratuais.

104. **Curso Fórum em Servidor Público e Processo Disciplinar**, 2006. (Outra)

105. **Conferência inaugural da IV Jornada de Direito Civil: “Os efeitos jurídicos da morte**, 2006. (Encontro)

106. **Programa de Capacitação do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliadores da Educação Superior**, 2006. (Outra)

107. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico sobre o Contrato no Novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor sob o Enfoque Constitucional**, 2005. (Seminário)
A Revisão Judicial dos Contratos.

108. Conferencista no(a) **IX Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro**, 2005. (Congresso)
Direito das Telecomunicações: Prorrogação dos Contratos de Concessão.
109. Simposiasta no(a) **23 Congresso Brasileiro de Radiodifusão**, 2005. (Congresso)
Legalidade na radiodifusão.
110. Conferencista no(a) **Seminário Jurídico da Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo**, 2005. (Seminário)
Revisão judicial dos contratos.
111. Conferencista no(a) **III Semana FA7 de Direito**, 2004. (Seminário)
Estudo dogmático da forma dos atos processuais.
112. Conferencista no(a) **Encontro Nacional dos Tribunais de Contas**, 2004. (Congresso)
Os Tribunais de Contas e o Poder Executivo.
113. Conferencista no(a) **Telecomunicações e Cidadania**, 2004. (Seminário)
Radiodifusão e Telecomunicações: o panorama jurídico e as perspectivas em face da convergência.
114. Moderador no(a) **V Congresso Nacional dos Procuradores Federais**, 2004. (Congresso)
Sessão Solene de Abertura.
115. **V Congresso Nacional dos Advogados da União e dos Advogados da Entidades Federais**, 2004. (Congresso)
116. **XVIII Conferência Nacional dos Advogados**, 2002. (Congresso)
117. **III Seminário Cearense de Filosofia do Direito**, 1994. (Seminário)
118. **II Fórum de Estudos Penais e Penitenciários**, 1994. (Seminário)
119. **II Seminário de Direito Constitucional**, 1994. (Seminário)
120. **I Simpósio de Epistemologia Jurídica**, 1994. (Simpósio)
121. Apresentação Oral no(a) **II Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará**, 1993. (Encontro)
Monitoria e Pesquisa Científica.
122. Apresentação Oral no(a) **XII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará**, 1993. (Encontro)
O Poder Jurídico Estatal e as Novas Alternativas de Justiça Popular.



123. **III Fórum de Debates de Direito Público**, 1993. (Seminário)
124. **Seminário sobre a Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil**, 1993. (Seminário)
125. **IV Congresso Brasileiro de Advocacia (Direito 93)**, 1993. (Congresso)
126. **Seminário de Estudos Clássicos: a Grécia Antiga**, 1993. (Seminário)
127. **I Fórum de Direito Penal e Penitenciário**, 1993. (Seminário)
128. Apresentação Oral no(a) **I Encontro Universitário de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará**, 1992. (Encontro)
Aspectos sociais da monitoria: críticas e sugestões.
129. **I Simpósio de Interpretação do Brasil**, 1992. (Simpósio)
130. **Seminário Cearense de Filosofia do Direito**, 1992. (Seminário)
131. **Encontros Internacionais sobre Regimes Presidencialistas e Parlamentaristas de Governo**, 1992. (Encontro)
132. **XI Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará**, 1992. (Encontro)
133. **Seminário de Direitos Fundamentais**, 1992. (Seminário)

Organização de evento

1. POVEDA, I., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz
Ciclo de Estudos de Direito Privado Contemporâneo com Reinhard Zimmermann e Jan Peter Schmidt, 2015. (Exposição, Organização de evento)
Palavras-chave: Boa-fé, Direito Civil, Direito alemão, Responsabilidade Civil, Direito europeu
Áreas do conhecimento : Direito Civil
Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso
2. POVEDA, I., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz
Palestra de Matthew Dyson sobre Tortious apples and criminal oranges: Comparing tort and

crime, 2015. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Responsabilidade Criminal

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Penal

Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Vários

3. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Jornadas Conimbricenses de Direito Lusobrasileiro na Universidade de Coimbra, 2014. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Constituição, Direito Civil, Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado

Referências adicionais : Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. AGUIAR, A. K. V., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, FONTAINHA, F. C. VIII Congresso Nacional da ABEDi, 2014. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Ensino jurídico

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

5. FRAZÃO, Ana, RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, KHOURI, Paulo Roque, SANSEVERINO, Paulo de Tarso, AGUIAR JÚNIOR, Rui Rosado de, TEPEDINO, G.

VI Jornada de Direito Civil: 10 anos de vigência do Código Civil, 2013. (Congresso, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, DIAS TOFFOLI, José Antonio, VERA-CRUZ, Eduardo Jornadas Luso-Brasileiras - Em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda - A separação entre o Direito Privado e o Direito Público, 2011. (Congresso, Organização de evento)

Referências adicionais : Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, AGUIAR JÚNIOR, Rui Rosado de, NORONHA, João Otávio de, FRAZÃO, Ana, KHOURI, Paulo Roque, SANSEVERINO, Paulo de Tarso

V Jornada de Direito Civil - 10 anos do Código Civil de 2002, 2011. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Privado, Responsabilidade Civil, Contrato, Direito de Família, Direito das Coisas, Direito das Sucessões, Teoria Geral do Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

I Simpósio de Epistemologia Jurídica, 1994. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

II Seminário de Direito Constitucional, 1994. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

10. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

III Seminário Cearense de Filosofia do Direito, 1994. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português.

11. RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

I Fórum de Direito Penal e Penitenciário, 1993. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. MARTINS, S. P., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, JUCA, F. P.

Participação em banca de Patrícia Cândido Alves Ferreira. **Direito fundamental à saúde: A questão da exigibilidade**, 2015

(Direito do Trabalho) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Saúde, Judicialização, Direitos fundamentais, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. LEONARDO, R. X., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, NUNES, L. N. B. T.

Participação em banca de Gustavo de Revorêdo Pugsley. **O efeito modificativo do fato jurídico sobre a relação jurídica obrigacional**, 2015

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito Civil, Direito dos Contratos, Obrigações

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. XIMENES, J. M., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz, QUINTAS, F. L.

Participação em banca de Adriana da Fontoura Alves. **Anencefalia: aborto e interrupção voluntária da gestação. Uma análise sob a perspectiva constitucional, com ênfase para o discurso jurídico aplicado**, 2014

(Constituição e Sociedade) Instituto Brasiliense de Direito Público

Palavras-chave: Aborto, Anencefalia, Vida, Nascituro

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. GEDIEL, J. A. P., LEONARDO, R. X., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Rafael dos Santos Pinto. **As associações não personificadas no plano da existência**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Associação, Plano da existência, Pessoa jurídica

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. ARRUDA ALVIM NETTO, J. M. , CAMBLER, E. A., CAHALI, C. E. S., RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz

Participação em banca de Arthur Rabay. **Promessa de compra e venda de bens imóveis**, 2014
(Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Palavras-chave: Promessa de compra e venda, Compra e venda, Contratos imobiliários

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. ESTELLITA, H., BOTTINI, P. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Raphael Cunha Melo. **Lei 11.705, de 19 de junho de 2008, e os fatores determinantes de seu advento: uma abordagem constitucional penal à luz do princípio da proporcionalidade e das garantias fundamentais**, 2012

(Constituição e Sociedade) Instituto Brasiliense de Direito Público

Palavras-chave: Embriaguez, Trânsito, Proporcionalidade

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional, Direito Penal

Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. BORGES, Antônio de Moura, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes

Participação em banca de Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior. **Tribunais de Contas no Brasil e na União Europeia**, 2011

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Palavras-chave: Tribunal de Contas, União Europeia, Direito Comparado

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. BORGES, Antônio de Moura, FERNANDES, Arinda, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fabíola de Moura Sérvulo. **A Constituição Brasileira de 1988 e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**, 2010

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. ROCHA, Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, CHICHOVSKI, Patricia Kristiana Blagitz

Participação em banca de Raimundo Rolim de Mendonça Júnior. **Jurisdição Constitucional e Súmula Vinculante: a Lei n.11.417/2006 e o controle de constitucionalidade**, 2007

(Direito) Universidade da Amazônia

Palavras-chave: Constituição, Controle de constitucionalidade, Judicial review

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional

Setores de atividade : Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais : Brasil/Português.

10. TUPINAMBÁ NETO, Hermes Afonso, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ARAÚJO, João Henrique Mouta

Participação em banca de Fernando Antônio Galvão Martins. **O Dano Moral nas Relações de Trabalho: Reconhecimento e a sua Efetivação**, 2007

(Direito) Universidade da Amazônia

Referências adicionais : Brasil/Português.

11. TUPINAMBÁ NETO, Hermes Afonso, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ARAÚJO,

João Henrique Mouta

Participação em banca de Hermes da Silva Feitosa. **Os Direitos Trabalhistas do Servidor Público Temporário**, 2007

(Direito) Universidade da Amazônia

Referências adicionais : Brasil/Português.

12. FALCÃO, Raimundo Bezerra, MACEDO, D., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fabriccio Quixadá Steindorfer Proença. **A Licitação na Sociedade de Economia Mista**, 2001

(Direito (Direito e Desenvolvimento)) Universidade Federal do Ceará

Referências adicionais : Brasil/Português.

Doutorado

1. BASSO, M., NANNI, G. E., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, LEE, J. B., HIRONAKA, G. M. F. N.

Participação em banca de Clávio de Melo Valença Filho. **A arbitragem em juízo**, 2015

(Direito Internacional) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Arbitragem, Lex Mercatoria

Áreas do conhecimento : Direito Internacional Privado

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. MORAES, M. C. B., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, BINENBOJM, G., MONTEIRO FILHO, C. E. R., FACCHINI NETO, E.

Participação em banca de Fernanda Nunes Barbosa. **Biografias e liberdade de expressão: Critérios legitimadores frente à tutela da personalidade humana**, 2015

(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Biografias, LIBERDADE DE EXPRESSÃO, Direitos da Personalidade

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Constitucional

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. LEAL, L. M. M., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, COSTA FILHO, V. T., BELTRAO, S. R., BOAVIAGEM, A. A.

Participação em banca de Ticiane Benevides Xavier Correia. **Contratos empresariais assimétricos e a tutela do contratante vulnerável**, 2015

(Direito) Universidade Federal de Pernambuco

Palavras-chave: Contrato, Autonomia da vontade, Vulnerabilidade

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Comercial

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. BASSO, M., MAGALHAES, J. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, BRAGHETTA, A., CRETTELLA NETO, J.

Participação em banca de Alexandre Buono Schulz. **A boa-fé nos contratos comerciais internacionais**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Boa-fé, Lex Mercatoria, Contrato

Áreas do conhecimento : Direito Internacional Privado

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. LOPEZ, Teresa Ancona, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, SCAFF, F. C., FERNANDES, W., NANNI, G. E.

Participação em banca de Giuliana Bonanno Schunck. **Contratos de longo prazo e o dever de cooperação**, 2013

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. LEONARDO, R. X., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, GEDIEL, J. A. P., LEAL, L. M. M., LOBO, P. L. N.

Participação em banca de Venceslau Tavares Costa Filho. **Um código "social" e "impopular": Uma história do processo de codificação civil no Brasil (1822-1916)**, 2013

(Direito) Universidade Federal de Pernambuco

Palavras-chave: Direito Civil, História do Direito Privado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. VIANNA, Luiz Jorge Werneck, SALGADO, Lúcia Helena, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, RIBEIRO, Carlos Antônio Costa, COELHO, César Guimarães

Participação em banca de por Alexandre Kehrig Veronese Aguiar. **A judicialização das políticas públicas de telecomunicações e as demandas dos consumidores: o impacto da ação judicial**, 2011

(Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Agência reguladora, Judicialização, Mercado, Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Sociologia

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. LOPEZ, Teresa Ancona, GODOY, Claudio Luiz de Bueno, MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo, NERY JÚNIOR, Nelson, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Wanderley Fernandes. **Cláusulas de exoneração e limitação de responsabilidade**, 2011

(Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito Civil, Responsabilidade Civil, Contrato, Cláusula Penal

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Privado, Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. SANTOS, M. O. F. F., PORTA, M. L., SILVA, R. B. D., Marcelo Lamy, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de ANDRÉ BRAWERMAN. **Mecanismos de revitalização do controle difuso no Brasil**, 2009

(Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Referências adicionais : Brasil/Português.

Exame de qualificação de doutorado

1. NEVES, E. A., SILVA, R. P. M., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Vanila Cardoso André de Moraes. **A construção da igualdade (formal e material) nas demandas repetitivas em que se postulam direitos fundamentais sociais**, 2014

(Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense

Palavras-chave: Direito e Sociologia

Áreas do conhecimento : Sociologia Jurídica

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. DINIZ, G. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, NUNES, L. N. B. T.

Participação em banca de Augusto Jorge Hirata. **Dever de informar nos contratos derivativos**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Contratos derivativos, Boa-fé, Dever de informar

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. SILVEIRA, P. A. C. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, RUARO, R. L.

Participação em banca de Fabriccio Quixadá Steindorfer Proença. **Direitos da minoria societária e políticas públicas nas sociedades de economia mista controladas pela União: Solução jurídica viável**, 2014

(Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Palavras-chave: Sociedade de economia mista, Controle da União, Acionistas minoritários

Áreas do conhecimento : Direito Comercial, Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. LOPEZ, Teresa Ancona, SCAFF, F. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Tom Alexandre Brandão. **O direito de ri e de fazer rir: reflexões sobre o humor e o direito**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Humor, Direitos da Personalidade, LIBERDADES COMUNICATIVAS

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. ZANETTI, C. S., MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Renata Carlos Steiner. **Reparação de danos: interesse negativo e interesse positivo**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: BGB, Boa-fé, Interesse positivo, Interesse negativo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. TOMASEVICIUS, E., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MARQUES NETO, F. P. A.

Participação em banca de Andrea Silva Rasga Uedau. **A valoração da energia elétrica e sua comercialização: uma análise a partir do inciso I do artigo 83 do Código Civil**, 2013

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Energia elétrica, Bens

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. LOPEZ, Teresa Ancona, MORSELLO, M. F., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Guilherme Henrique Lima Reinig. **Críticas ao nexo de causalidade como critério de imputação no Direito Civil**, 2013

(Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo) Universidade de São Paulo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. LOPEZ, Teresa Ancona, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, ZANETTI, C. S.

Participação em banca de Daniel Amaral Carnaúbad. **Ensaio sobre a noção de prejuízo na responsabilidade civil**, 2013

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

Curso de aperfeiçoamento/especialização

1. AGUIAR, A. K. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MOTTA, Luís Eduardo

Participação em banca de Cláudia Cesar de Paula. **Defensoria Pública da União: evolução histórica e perspectiva**, 2011

(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Defensoria Pública, História, Direitos fundamentais, Acesso à Justiça

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. AGUIAR, A. K. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MOTTA, Luís Eduardo

Participação em banca de Roberto Drago Pelosi Jucá. **Regulação do mercado audiovisual**, 2011

(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Audiovisual, Regulação, Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., VAL, Eduardo Manuel

Participação em banca de Eduardo Magalhães Teixeira. **Da validade dos conhecimentos fortuitos obtidos por intermédio de interceptações telefônicas legalmente autorizadas**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., VAL, Eduardo Manuel

Participação em banca de Geralda Aparecida Teixeira. **Desvios na política de comunicação social em radiodifusão comunitária**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., MARTINI, Renato da Silveira

Participação em banca de Jadson Santana de Sousa. **Estudo comparativo das normas do MERCOSUL sobre tecnologia da informação e comunicação em face do ordenamento jurídico pátrio**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. AGUIAR, A. K. V., SIQUEIRA, R. L., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Gizele Corrêa de Alencar. **Governança regulatória: o caso AICE - Telefone Social**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., VAL, Eduardo Manuel

Participação em banca de Kiyomi Maezoe. **Licitação de serviços de radiodifusão no Brasil**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, AGUIAR, A. K. V., CAPUTO BASTOS, Gustavo Henrique

Participação em banca de Marianne dos Santos Abe. **Limites ao controle judicial de ato regulatório da ANATEL**, 2008

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Informação e comunicação

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. SIQUEIRA, R. L., AGUIAR, A. K. V., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Ariette Thais. **Agência Nacional de Telecomunicações: Natureza jurídica do procedimento de arbitragem e mecanismos de controle**, 2007

(Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações) Instituto de Educação Superior de Brasília

Palavras-chave: Agência reguladora, Natureza jurídica, Controle

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Transporte, Armazenagem e Comunicações

Referências adicionais : Brasil/Português.

Graduação

1. SARDINHA JUNIOR, Roberto, PLASTINA, Antonio, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Olavo Ribas. **A denúncia da lide e o Código de Defesa do**

Consumidor, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. VAL, Eduardo Manuel, FERREIRA, Gustavo Sampaio Telles, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fernanda da Silva Martins. **Apontamentos sobre o Direito da Concorrência no MERCOSUL conforme o Protocolo de Fortaleza**, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. GIORDANI, José Acir Lessa, PLASTINA, Antonio, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Guilherme Salgueiro Pacheco de Aguiar. **Mitigação do princípio da reparação integral do dano na responsabilidade civil objetiva**, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. FRAGALE FILHO, Roberto, LOBÃO, Ronaldo, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Laís Moura Simões. **O papel da prática jurídica no Curso de Direito**, 2010

(Faculdade de Direito) Universidade Federal Fluminense

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. BORGES, Antonio de Sousa, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Elias Milhomens de Araújo. **A assunção do ônus de defesa judicial do agente público quando age nessa condição à luz da teoria da imputação civil objetiva estatal**, 2006

(Direito) Universidade Católica de Brasília

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. BORGES, Antonio de Sousa, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Ana Cláudia Vieira. **Medidas destinadas a solucionar o problema da dupla tributação internacional**, 2006

(Direito) Universidade Católica de Brasília

*Referências adicionais : Brasil/Português.***Exame de qualificação de mestrado**

1. MORSELLO, M. F., TOMASEVICIUS, E., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Renato Rodrigues Costa Galvano. **A boa-fé objetiva nos contratos relacionais**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

*Palavras-chave: Contrato relacional, Boa-fé**Áreas do conhecimento : Direito Civil**Referências adicionais : Brasil/Português.*

2. LOPEZ, Teresa Ancona, **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, FERNANDES, W.

Participação em banca de Pedro Gonzaga de Oliveira Carvalho e Silva. **Aplicação da teoria do adimplemento substancial no ordenamento jurídico brasileiro**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Adimplemento substancial, Boa-fé

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. MORAES, B. B. Q., MADEIRA, H. M. F., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de João Costa Neto. **"Damnum iniuria datum" e "obligationes quasi ex delicto": A convivência de formas objetiva e subjetiva de responsabilidade civil no Direito Romano**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Damnum iniuria datum, Obligationes quasi ex delicto, Responsabilidade Civil objetiva

Áreas do conhecimento : Direito Civil, Direito Romano

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. BASSO, M., CARMONA, C. A., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Fernanda Sirotsky Scaletscky. **O consensualismo e a arbitragem comercial**, 2014

(Direito Internacional) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Contrato, Consensualismo, Arbitragem

Áreas do conhecimento : Direito Internacional Privado

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. CHINELLATO, S. J. A., MORATO, A. C., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de Tauanna Gonçalves Vianna. **Pacto antenupcial: delimitações de seu objeto**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito de Família, Pacto antenupcial, Autonomia da vontade

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. MORSELLO, M. F., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, TOMASEVICIUS, E.

Participação em banca de Victor Gualda de Freitas Rodriguez. **Responsabilidade civil das corretoras de títulos e valores mobiliários**, 2014

(Direito Civil) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Boa-fé, Valores mobiliários, Corretora, Responsabilidade Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. ZANETTI, C. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**, MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo

Participação em banca de Julio Gonzaga Andrade Neves. **A supressio no Direito Civil brasileiro: Afetação de situações jurídicas subjetivas por seu exercício deslealmente retardado**, 2013

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. LOPEZ, Teresa Ancona, ZANETTI, C. S., **RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz**

Participação em banca de André Felipe Kunigonis Alves. **Natureza jurídica do direito subjetivo atribuído ao licenciado pelo contrato de licenciamento de programa de computador**, 2013

(Curso de Pós-Graduação em Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito Civil, Direito dos Contratos

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Atividades de prestação de serviços de informação

Referências adicionais : Brasil/Português.

Participação em banca de comissões julgadoras

Concurso público

1. Concurso público ao magistério superior classe de professor Adjunto A de Direito Civil da UFBA, 2015

Universidade Federal da Bahia

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Concurso público para o cargo de Advogado da União, 2012

Advocacia-Geral da União

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. Concurso público para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, 2012

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. Concurso Público para o cargo de Professor Adjunto de Direito Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. Concurso público para Professor Assistente de Direito Civil do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito, 2011

Universidade Federal do Ceará

Palavras-chave: Direito Privado

Áreas do conhecimento : Direito Civil

Setores de atividade : Outras atividades de serviços

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. Concurso público para Professor Auxiliar de Direito Civil da Faculdade de Direito, 2002

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Palavras-chave: Direito Civil

Áreas do conhecimento : Direito, Direito Civil

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português.



7. Concurso público para Professor Auxiliar de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito, 2001

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Processual

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. Concurso público para Professor Auxiliar de Direito Comercial do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito, 1998

Universidade Federal do Ceará

Palavras-chave: Direito Comercial

Áreas do conhecimento : Direito

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português.

Outra

1. III Concurso de Monografias em Advocacia Pública Federal da Advocacia-Geral da União, 2010

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. II Concurso de Monografias em Advocacia Pública Federal da Advocacia-Geral da União, 2009

Escola da Advocacia-Geral da União

Referências adicionais : Brasil/Português.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico.....	24
Livros publicados.....	2
Capítulos de livros publicados.....	24
Livros organizados ou edições.....	13
Livros organizados ou edições.....	2
Jornais de Notícias.....	1
Trabalhos publicados em anais de eventos.....	15
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra).....	6
Prefácios(Livro).....	3
Apresentações (Revistas ou periódicos).....	2
Apresentações (Livro).....	7
Introduções (Livro).....	2
Demais produções bibliográficas.....	2

Produção técnica

Curso de curta duração ministrado (extensão).....	1
Curso de curta duração ministrado (especialização).....	1
Curso de curta duração ministrado (outro).....	3

Orientações

Orientação concluída (dissertação de mestrado - co-orientador).....	2	
Orientação concluída (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização).....	4	4
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação).....	1	
Orientação em andamento (dissertação de mestrado - orientador principal).....	1	
Orientação em andamento (tese de doutorado - orientador principal).....	1	
Orientação em andamento (tese de doutorado - co-orientador).....	1	
Orientação em andamento (trabalho de conclusão de curso de graduação).....	1	

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	36	
Participações em eventos (seminário).....	43	
Participações em eventos (simpósio).....	15	
Participações em eventos (oficina).....	6	
Participações em eventos (encontro).....	16	
Participações em eventos (outra).....	17	
Organização de evento (congresso).....	5	
Organização de evento (exposição).....	1	
Organização de evento (outro).....	5	
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado).....	12	
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado).....	9	
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado).....	8	8
Participação em banca de trabalhos de conclusão (curso de aperfeiçoamento/especialização).....	9	9
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação).....	6	
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público).....	8	
Participação em banca de comissões julgadoras (outra).....	2	

Produção cultural

Outra produção artística/cultural.....	6
--	---

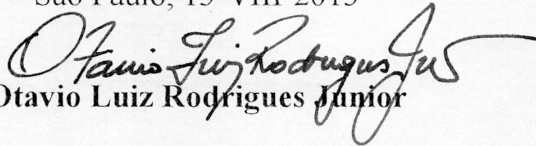
Outras informações relevantes

- 1 -Membro da Asociación Iberoamericana de Derecho Romano (Oviedo, Espanha).
 -Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo.
 - Membro da Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française (Paris, França)
 - Secretário-Geral da Associação Brasileira de Ensino do Direito -Abedi (2014-2016)
 - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Ensino do Direito - Abedi (2012-2014)
 - Membro do Conselho Consultivo da Escola da AGU (Port. n.1, de 19.4.2012, BS n. 16, 20.4.2012)
 -Consultor "ad hoc" do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES do MEC.
 -Consultor "ad hoc" da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC).



- Membro da Câmara Consultiva Temática - CCT de Política Regulatória do Ensino Jurídico, com a finalidade de propor uma nova Política Regulatória, a revisão das DCN's e a Avaliação do Curso de Direito (MEC)
- Membro do Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (GTAI-SP), com a finalidade de propor medidas de melhoria da prestação jurisdicional no TJSP, designado por meio da Portaria n. 9089/2014, DJSP 1751, de 9.10.2014, p. 7.
- Presidente da Comissão de Orientação Científica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, designado por ato do Corregedor-Geral da Justiça Federal, Portaria 172, de 25.4.2014, publicada no DOU 2 Seção de 29.4.2014.
- Indicado para o Prêmio Jabuti 2009 - Categoria Melhor Livro Jurídico, com a obra Código Civil Comentado: Compra e venda, permuta ou troca, contrato estimatório.
- Indicado para o Prêmio Jabuti 2010 - Categoria Melhor Livro Jurídico, com a obra Comentários à Constituição Federal de 1988.-

São Paulo, 15-VIII-2015


Otavio Luiz Rodrigues Junior

ANEXO 1
Memorial sobre competências para o cargo

7

**MEMORIAL AO COLENDO SENADO FEDERAL
OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR**

Senhores Senadores,

Um pouco de minha trajetória

Nasci em 23 de julho de 1974, no município do Crato, no Estado do Ceará, no qual concluí minha formação escolar no antigo Primeiro Grau. Mudei-me para a capital em 1984 e, em Fortaleza, estudei os antigos Ginásio e Segundo Grau, em ótimas escolas particulares, mas com bolsas de estudo, pois, do contrário, não as poderia ter frequentado por causa da condição financeira de minha família.

Aprovado em exame vestibular, na quinta colocação, ingressei em 1992 na centenária Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Em meu período como estudante, militou no movimento estudantil e fui diretor do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua (CACB) em duas gestões, além de ter sido monitor, bolsista de pesquisa e do Escritório Modelo Alcântara Modelo, que exercia a assistência judiciária aos necessitados.

Graduado em 1996, com a honra universitária *magna cum laude* concedida pela Reitoria da UFC, no mesmo ano, iniciei a carreira docente, após aprovação em primeiro lugar no concurso público, como professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFC.

Em 1997, ingressei no Curso de Mestrado em Direito da UFC, concluído em 2001 (*summa cum laude*), com a defesa da dissertação *Da Teoria da Imprevisão: a autonomia da vontade e a intervenção do estado-juiz nos contratos*, orientado pelo Professor Adjunto Raimundo Bezerra Falcão.

Entre 1996 e 2001, militei na Ordem dos Advogados do Brasil –Seção do Ceará e fui diretor-executivo e primeiro-secretário, por dois mandatos, da Fundação Escola Superior de Advocacia da OAB-CE.

Aprovado em concurso público para a Advocacia-Geral da União, mudei-me para São Paulo em 2001. Nesse mesmo período, ingressei no Doutorado em Direito Civil da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 2002, tendo como orientador o Professor Titular Antonio Junqueira de Azevedo. Defendi, em 2006, a tese *Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro*.

Na Advocacia-Geral da União, de modo direto ou cedido para outros órgãos do Estado brasileiro, exerci diversos cargos.

Em São Paulo, fui Assessor Jurídico do 8º. Comando Naval. Em 2003, removi-me para Brasília, Distrito Federal. Nesses quase 10 anos de permanência em Brasília, ocupei os cargos e encargos de *Assessor do Consultor Jurídico do Ministério da Justiça*, *Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações*, *Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça*, *Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça*, *Adjunto do Advogado-Geral da União*, *Assessor e Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal* e *Consultor da União*. Todas as datas de início e fim dessas atividades estão descritas em anexo à documentação oferecida ao Senado Federal.

No 2009, fui aprovado em primeiro lugar no concurso público para Professor Adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense- UFF, com banca presidida pelo Professor Titular Leonardo Greco (UFRJ e UERJ). Em Brasília, como professor associado, regi disciplina e coorientei alunos no Curso de Mestrado em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público.

Dando prosseguimento a minha vocação acadêmica, realizei estágio pós-doutoral em Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2010-2011, períodos intercalados), dirigido pelo Professor Catedrático Jorge Miranda, de quem fui assistente nas aulas de Pós-Graduação e onde coorientei alunos.

Entre 2011-2012, após ter-se exonerado do cargo de Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal, cursei estágio pós-doutoral na área do Direito Privado Comparado no *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht*, em Hamburgo (Alemanha), instituição dirigida pelo Professor Catedrático Reinhard Zimmermann, um dos maiores privatistas do mundo contemporâneo. Desses estágios resultaram três artigos, posteriormente publicados em Portugal e no Brasil.

Em 2013, fui aprovado em primeiro lugar, com indicação unânime da Banca Examinadora, presidida pela Professora Titular Odete Medauar (USP), para o cargo de Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, após o que me exonerei dos cargos de Consultor da União e de Professor Adjunto da UFF e me removi para São Paulo. Tornei-me, com muito orgulho, o primeiro cearense a ser professor de Direito da tradicional Faculdade de Direito Largo São Francisco, fundada por decreto imperial de 1827.

Na USP, sou membro suplente da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito (2014-2015) e também Conselheiro Suplente do Instituto de Estudos Brasileiros da



Universidade de São Paulo. Em 2015, fui eleito Membro suplente da Congregação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

No período de julho de 2013 a junho de 2014, por designação do Ministério da Educação, fui membro e coordenador setorial da Comissão Consultiva Temática de Política Regulatória do Ensino Jurídico Brasileiro, tendo relatado o anteprojeto de nova resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito no Brasil. Atua como consultor da CAPES, na Coordenação da Área de Direito, tendo sido consultor ad hoc na Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação em Direito do Brasil em 2013.

Por ato do Corregedor-Geral da Justiça Federal, fui designado coordenador do Conselho de Orientação Acadêmica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ-CJF), ao lado dos professores titulares José Rogério Cruz e Tucci e Roberto Rosas.

Sou membro da *Asociación Iberoamericana de Derecho Romano* (Oviedo, Espanha), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi) e da *Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française*.

Participa, na condição de conselheiro editorial, consultivo ou parecerista da Revista Forense, da Revista da Advocacia-Geral da União, da Revista de Direito Civil Contemporâneo, da Revista dos Tribunais Nordeste e outras.

Coordeno a Revista de Direito Civil Contemporâneo -RDCC, periódico trimestral, publicado pela Thomson Reuters-Revista dos Tribunais, que tem como editores Ignacio Poveda, José Antonio Peres Gediell, Rodrigo Xavier Leonardo e Rafael Peteffi da Silva. Dirige, ao lado ministro José Antonio Dias Toffoli, a Coleção Paulo Bonavides, da Editora Forense Universitária.

Sou autor de artigos, capítulos e livros, de entre eles dois finalistas do Prêmio Jabuti, tendo sido atualizador de 4 tomos do Tratado de Direito Privado, de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda.

Juntamente com o Professor Titular Ignacio Poveda de Velasco, sou pesquisador-líder do grupo de pesquisa “*Direito Privado Contemporâneo e Reforma Legislativa*”. E coordeno ao lado de outros professores, a *Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo*, integrada por grupos de pesquisa devidamente registrados no CNPq, oriundos da Universidade de São Paulo-USP, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, Universidade Federal do Paraná -UFPR, Universidade Federal do Ceará -UFC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, no Brasil, além da Universidade de Lisboa – UNL (Portugal) e da Universidade de Girona – UG (Espanha).

A trajetória descrita acima é fruto de uma combinação da generosidade de muitas pessoas e do povo brasileiro, que me permitiram estudar em escolas privadas com bolsas de estudo e, posteriormente, em instituições públicas, nas quais completei minha formação superior, sem o que, em razão de minhas limitações financeiras e familiares, isso jamais teria sido possível. Expresso minha gratidão permanentemente com o exercício de minha condição de docente em universidades públicas, que se completará, no próximo ano, 20 anos, quase metade de minha vida.

Na Advocacia-Geral da União e em todas as instituições públicas onde servi, aprendi a compreender o Estado brasileiro, suas idiossincrasias, seus problemas e suas dificuldades, ao tempo em que pude admirar a grandeza, o civismo e o patriotismo de todos os que dedicam suas vidas ao povo, às instituições e à sociedade, muitas vezes incompreendidos ou difamados, nos três Poderes da República.

Minha ligação com a área das Telecomunicações

A honrosa indicação para o cargo de membro do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações exige que eu ponha ênfase em minhas ligações com o objeto das atividades dessa agência reguladora.

Na qualidade de Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, elaborei o parecer que considerou inconstitucional o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e Audiovisual – ANCINAV. Foi um dos momentos mais importantes de minha carreira profissional na área, pois defendi valores essenciais do Estado Democrático de Direito, como a liberdade de expressão e a vedação à censura, além de haver defendido que a ANATEL era uma agência constitucionalmente diferenciada e que suas atribuições não poderiam ser assumidas por outra agência.

Ainda no Ministério das Comunicações, atuei em questões relevantes como a manutenção do programa de inclusão digital do Governo brasileiro, ameaçado por disputas judiciais. Passei madrugadas a fio elaborando teses, petições e estratégias para manter em funcionamento nosso sistema de internet gratuito, o GESAC, e conduzi os colegas advogados da União em uma luta judicial vitoriosa.

Atuei ainda na elaboração do decreto de reestruturação do Ministério das Comunicações. Fui designado conselheiro fiscal da Telebras e participei de grupos de trabalho presidenciais sobre radiodifusão e telecomunicações.

Emite centenas de notas, despachos e pareceres em diversos processos de



Telecomunicações e de Radiodifusão, mantendo a Consultoria Jurídica imune a pressões e obediente a critérios de impessoalidade.

Nesse período e mesmo após ter deixado a Consultoria Jurídica do Ministério, coordenei o Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações, uma excelente oportunidade de aprofundar os conhecimentos na área. Sou membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito das Comunicações*, da Revista dos Tribunais-ThomsonReuters.

Meus pareceres e artigos na área de Telecomunicações e Radiodifusão são hoje utilizados como fundamento em vários acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (RO 139/CE; AgRg no REsp 1070923/SP; AgRg no REsp 942.697/SP e outros). Uma das mais importantes teses que defendi na área de Telecomunicações e de Radiodifusão foi a de que o Poder Judiciário não pode se substituir ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo para a outorga de concessões e autorizações de serviços, o que tem sido acatado em julgados da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Nos *Comentários à Constituição*, que coordenei com Paulo Bonavides e Jorge Miranda, defendi teses em favor das chamadas *liberdades comunicativas* e contra a censura, as quais também hão merecido o favor de citação em acórdãos de alguns tribunais, dentre eles do Supremo Tribunal Federal.

Minha produção intelectual na área de Telecomunicações, de Radiodifusão e de Agências Reguladoras é relevante. Pode-se destacar ainda a participação em eventos, conferências e cursos, além da orientação de teses, dissertações e monografias sobre o tema em cursos de pós-graduação. Cito alguns de meus escritos mais importantes no setor: *Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: o caso TV Cultura e o parecer da Advocacia-Geral da União* (Revista de Direito das Comunicações, v. 1, p. 155-160, 2010), *O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. A inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual – Ancinav* (Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 170, p. 287-309, 2006), *Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional* (Revista de Direito Privado (São Paulo), São Paulo, v. 6, n.22, p. 241-250, 2005) e *Liberdade de expressão e controle de propaganda de medicamentos e das advertências na ordem jurídica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA* (MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato. (Org.). Direitos da Personalidade. 1ed. São Paulo: Atlas, 2012, v. 1, p. 152-170).

Como Adjunto do Advogado-Geral da União, fui autor de pareceres sobre a competência das agências reguladoras e a publicidade de medicamentos e sobre a



natureza jurídica dos serviços de radiodifusão educativa.

Outro aspecto digno de nota está em minha atuação na área de Direito do Consumidor. Como professor de Direito Privado, o estudo do Direito do Consumidor é central para minhas atividades e creio que isso pode auxiliar e muito nas atividades da ANATEL, dada a existência de sérios problemas envolvendo essa área. Dessa maneira, coordenei a publicação do livro *Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais* (São Paulo: Atlas, 2013. v. 1. 742p), ao lado de Patrícia Iglecias e Teresa Ancona Lopez. Lecionei, coordenei ou proferi palestra em: a) *Curso de Especialização em Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial* (2014, Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso); b) *II Congresso de Interesses Difusos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: Dever de informação, consumidor e advertências na sociedade de risco* (2010); c) *Programa de Estudos Avançados - As Mudanças no Setor de Telecomunicações e sua Repercussão no Direito. As novas formas de prestação de serviço em telecomunicações e a sua relação com o direito dos consumidores* (2009); d) *Programa de Estudos Avançados "As mudanças no setor de Telecomunicações e sua repercussão no Direito" da Escola da Magistratura Federal da 2a. Região - EMARF. As novas formas de prestação de serviços em telecomunicações e a sua relação com os direitos dos consumidores* (2009).

Palavras finais

Esses anos de experiência pública tornaram-me consciente de minhas limitações e das dificuldades de se conduzir qualquer projeto de transformação institucional. No entanto, só aumentaram em mim a resiliência e a fé em nosso povo e em nossas instituições.

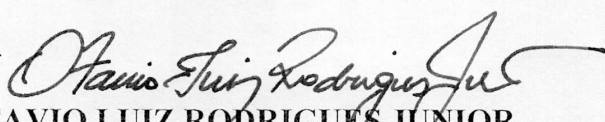
A experiência internacional, especialmente em Portugal e Alemanha, permitiu-me aprender com as lições de outros povos e observar que nossos problemas devem ser vistos em perspectiva. Nem com exagero do derrotismo de alguns, nem com o ufanismo de outros. A gratidão ao Governo e ao povo da Alemanha também merece uma nota neste texto. Com o apoio financeiro da Sociedade Max-Planck, pude estudar por um período extremamente enriquecedor na nação que é o centro jurídico mais desenvolvido do mundo ocidental.

No Poder Executivo e no Poder Judiciário, aprendi muito sobre o Brasil, o Direito e o Estado. Devo a pessoas como os ministros Humberto Martins, Dias Toffoli, Marcio Thomaz Bastos, Antonio Carlos Ferreira, Mauro Campbell, Luís Felipe Salomão, Luís Inácio Adams e aos professores Antonio Junqueira de Azevedo (*in memoriam*), Reinhard Zimmermann, Paulo Bonavides, Jorge Miranda e Raimundo Bezerra Falcão muito dessa formação e desse aprendizado. Ao senador Eunício Lopes de Oliveira, que em mim confiou em 2004 para ajudá-lo no Ministério das Comunicações, deixo



também o reconhecimento pelo papel de centralidade do Senado Federal em nossa democracia. Identifico o Congresso Nacional como depositário da vontade popular e venho a esta casa apresentar-me aos detentores do mandato conferido pelos eleitores para, com humildade, receber vosso escrutínio.

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 2
CURRICULUM VITAE RESUMIDO



CURRICULUM VITAE RESUMIDO

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

DADOS PESSOAIS

Nome: Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Data do Nascimento: 23.07.1974.

Endereço Profissional: Largo São Francisco, 95 - 14º andar do prédio anexo, CEP 01005-010 - São Paulo-SP, Brasil, Tel. (11) 3111-4003 - Tel./Fax (11) 3111-4018.

Contatos: otavio.lui@uol.com.br. (11) 97414-2903. (61) 9101-2903.

FORMAÇÃO SUPERIOR

- Pós-Doutorado como bolsista pesquisador-visitante (*Gastwissenschaftler mit Stipendium*) do Instituto Max-Planck para o Direito Privado Comparado e Internacional (*Max-Planck-Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht*), de Hamburgo, Alemanha, com pesquisa sobre o tema “Die Natur und Funktion der guten Sitten im brasialischen Zivilrecht: die Deutsche Efahrung, die gemeinsamen Grundlagen des römischen Rechtes und eine neue theoretische Systematisieurng”, tendo como professor anfitrião Prof. Dr. Dr. h.c. mult., FBA FRSE Reinhard Zimmermann, no período de 2011-2012.

- Pós-Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientado pelo Professor Catedrático Jorge Miranda, com o tema de pesquisa “Autonomia privada e a eficácia dos direitos fundamentais: a existência de um núcleo essencial intangível” no período de 2010-2011.

- Doutor em Direito Civil - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2001-2006), orientado pelo Professor Titular Antonio Junqueira de Azevedo, com a tese “Natureza, função e modificação da cláusula penal no direito civil brasileiro”, no período de 2001-2006.

- Mestre (2001) e graduado (1996) em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Professor Livre-Docente Raimundo Bezerra Falcão.

TÍTULOS PROFISSIONAIS

- Advogado da União de Categoria Especial (licenciado)
- Consultor da União da Consultoria-Geral da União (2012-2013)
- Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal (2011)
- Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (2009-2011)
- Adjunto do Advogado-Geral da União (2009)
- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (2006-2009)
- Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça (2006)

- Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações (2004-2005)

TÍTULOS ACADÊMICOS

- Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2013-até hoje)

- Professor Adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, (2010-2013).

- Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações – IESB-UniverCidade (2005-2008)

- Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito das Telecomunicações e editor da Revista de Direito Civil Contemporâneo (ThomsonReuters)

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA MAIS RELEVANTE

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. O Direito (Lisboa), v. 147, p. 45-110-110, 2015.

MAMEDE, G. (Org.) ; FRANCA FILHO, M. T. (Org.) ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) . Direito da Arte. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1.

LOPEZ, Teresa Ancona (Org.) ; LEMOS, P. F. I. (Org.) ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) . Sociedade de risco e Direito Privado: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 1. 742p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) ; MIRANDA, Jorge (Org.) ; FRUET, Gustavo Bonato (Org.) . Direitos da Personalidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1. 462p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. O Direito (Lisboa), v. 143, p. 43-66, 2011.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) ; MAMEDE, G. (Org.) ; ROCHA, Maria Vital da (Org.) . Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1. 766p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: o caso TV Cultura e o parecer da Advocacia-Geral da União. Revista de Direito das Comunicações, v. 1, p. 155-160, 2010.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Propriedade, função social e Constituição. Exame crítico de um caso de ?constitucionalização? do Direito Civil. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, v. 51, p. 207-236, 2010.

BONAVIDES, Paulo (Org.) ; MIRANDA, Jorge (Org.) ; AGRA, Walber de Moura (Org.) ; BILAC PINTO FILHO, Francisco (Org.) ; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.) . Comentários à Constituição Federal de 1988. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Código Civil Comentado: Compra e venda, permuta ou troca, contrato estimatório. v.6, t.1.. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 1. 652p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Proposta de critério científico para distinção entre os cargos de provimento em comissão e os cargos de natureza especial, quanto ao Direito Administrativo Disciplinar. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 865, p. 36-53, 2007.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. A inconstitucionalidade do anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - Ancinav. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 170, p. 287-309, 2006.

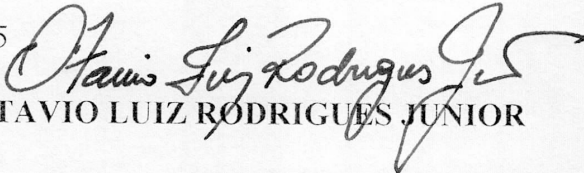
RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Revisão Judicial dos Contratos: Autonomia da Vontade e Teoria da Imprevisão.. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1. 309 (XXVIII)p .

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz . Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional.. Revista de Direito Privado (São Paulo), São Paulo, v. 6, n.22, p. 241-250, 2005.

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E COMISSÕES GOVERNAMENTAIS

- Coordenador da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo, que congrega as seguintes universidades: USP, Lisboa, Girona, UFPR, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, UFC e UFMT.
- Membro da *Asociación Iberoamericana de Derecho Romano* (Oviedo, Espanha).
- Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo.
- Membro da *Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française* (Paris, França) -
- Secretário-Geral da Associação Brasileira de Ensino do Direito -Abedi (2014-2016)
- Membro do Conselho Consultivo da Escola da AGU (Port. n.1, de 19.4.2012, BS n. 16, 20.4.2012)
- Consultor "ad hoc" do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ? SINAES do MEC.
- Consultor "ad hoc" da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC).
- Membro da Câmara Consultiva Temática - CCT de Política Regulatória do Ensino Jurídico, com a finalidade de propor uma nova Política Regulatória, a revisão das DCN's e a Avaliação do Curso de Direito (MEC)
- Membro do Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (GTAI-SP), com a finalidade de propor medidas de melhoria da prestação jurisdicional no TJSP, designado por meio da Portaria n. 9089/2014, DJSP 1751, de 9.10.2014, p. 7.
- Coordenador da Comissão de Orientação Científica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, designado por ato do Corregedor-Geral da Justiça Federal, Portaria 172, de 25.4.2014, publicada no DOU 2 Seção de 29.4.2014.

São Paulo, 20-VIII-2015


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 3

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

- Advogado da União de Categoria Especial, aprovado em concurso público de provas e títulos, nomeado em fevereiro de 2001 e empossado aos 22 de março de 2001, por força da Portaria no 160, inciso II, de 16 de março de 2001, publicada no Diário Oficial, 2ª Seção, de 19 de março de 2001, até a presente data, tendo sido promovido para a Primeira Categoria (6º. lugar) e para a Categoria Especial (1º. lugar) por merecimento, conforme Portaria n.886, de 25 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 27 de julho de 2007. Licenciado para atividades de interesse particular (sem proventos) e com autorização para exercício da advocacia privada desde a publicação no Boletim de Serviço da AGU de 1º.10.2014, Suplemento A, da Portaria 369, de 30.9.2014, do Advogado-Geral da União.

- Consultor da União da Consultoria-Geral da União (Advocacia-Geral da União), código DAS 102.5, na gestão do Advogado-Geral da União Ministro Luís Inácio Lucena Adams, nomeado aos 8 de fevereiro de 2012 e empossado aos 8 de março de 2012, por força da Portaria no 103, de 8 de fevereiro de 2012, da Exma. Senhora Ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, 2ª. Seção, de 9 de fevereiro de 2012.

- Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal, lotado no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, cargo CJ-3, nomeado por força da Portaria no 178, do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 26 de agosto de 2011, p. 51.

- Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal, lotado no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, por força da Portaria no 244, de 6 de novembro de 2009, do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 9 de novembro de 2009.

- Adjunto do Advogado-Geral da União, código DAS 101.6, na gestão do Advogado-Geral da União Ministro José Antonio Dias Toffoli, desde 1º de junho de 2009, nos termos da Portaria no 235, de 28 de maio de 2009, da Exma. Senhora Ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 29 de maio de 2009, até sua exoneração a pedido em 6 de novembro de 2009, nos termos da Portaria no 531, de 5 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 6 de novembro de 2009.

- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, lotado no Gabinete do Ministro Humberto Martins, cargo CJ-3, por força da Portaria no 217, de 20 de novembro de 2006, do Exmo. Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 21 de novembro de 2006 até 30 de maio de 2009.

- Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça, na gestão do Ministro Marcio Thomaz Bastos, por força da Portaria no 65, de 24 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, 2ª Seção, de 25 de janeiro de 2006.

- Coordenador-Geral de Processos Judiciais e Disciplinares da Consultoria Jurídica do Ministério da



Justiça, código DAS 101.4, na gestão do Ministro Marcio Thomaz Bastos, nomeado aos 19 de janeiro de 2006, por força da Portaria no 57, 18 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 19 de janeiro de 2006, até sua exoneração, a pedido, aos 4 de dezembro de 2006, conforme Portaria no 1.332, de 6 dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 6 dezembro de 2006.

- Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, código DAS 101.5, na gestão do Ministro Eunício Lopes de Oliveira, nomeado aos 12 de fevereiro de 2004, por força da Portaria no 166, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 12 de fevereiro de 2004, até sua exoneração, a pedido, aos 8 de julho de 2005, por força da Portaria no 486, de 7 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União, 2a Secção, de 8 de julho de 2005.

- Membro da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa - Comando da Marinha, na qualidade de Advogado da União, lotado em São Paulo, exercendo as funções de Assessor Jurídico do 8o Distrito Naval, desde sua posse até a 22 de setembro de 2003, com intervalos.

- Assessor Jurídico da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante cessão requerida à Advocacia-Geral da União pelo Tribunal de Justiça, no período de maio de 2001 a 3 de fevereiro de 2003.

- Assessor da Subcomissão de Reforma Judiciária e Legislativa do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no período de 1997 a 1999, com intervalos.

- Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Fortaleza, mediante vínculo contratual, no ano de 1997.

- Assistente da Assessoria Jurídica (ASJUR) da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, no período de 1995 a 1996.

NA DOCÊNCIA SUPERIOR

- Professor Doutor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, RTC, habilitado e classificado em 1o lugar no concurso público homologado na sessão da Congregação de 28 de fevereiro de 2013, conforme publicado no DOESP 123(40), Seção 1, de 2 de março de 2013, desde sua posse e exercício em 17 de maio de 2013, até a presente data.

- Professor Adjunto de Direito Civil, 20 horas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, nomeado conforme Portaria no 42.585, de 6 de julho de 2010, publicada no DOU de 7 de julho de 2010, habilitado e classificado em 1o lugar no concurso público homologado pelo Edital no 327/2009, publicado no DOU de 27 de julho de 2009, desde sua posse em 12 de julho de 2010 até sua exoneração, a pedido, nos termos da Portaria no 49.834, de 18 de julho de 2013, com efeitos a partir de 17 de maio de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense no 17, Seção 2, de 8 de agosto de 2013, página 10.

- Professor Doutor do Curso de Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional – Constituição e Sociedade, do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, como prestador de serviços, sem vínculo de emprego, regendo a disciplina “Direitos Fundamentais e Relações Privadas”, em Brasília, Distrito Federal, desde agosto de 2012 até 17 de maio de 2013.

- Professor Associado do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do UNICEUB –



Centro Universitário de Brasília, desde dezembro de 2010 até 2012, sem vínculo empregatício, como prestador de serviços eventual.

- Professor da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, Brasília, Distrito Federal, desde 2010 até a presente data.

- Professor do Curso de Direito do IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília, lecionando as disciplinas Teoria Geral do Direito Privado, Direito dos Contratos, Direito das Coisas, Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito Processual Civil I, em Brasília, Distrito Federal, desde janeiro de 2005 até a presente data, licenciado sem remuneração.

NA ADVOCACIA PRIVADA (após a licença da AGU)

- Parecerista no Processo Recurso Especial nº 1.413.998/SP, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça, com honorários sobre o êxito.

- Parecerista no Processo nº 70038585303 (0446245-48.2010.8.21.7000), em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com admissão para o Superior Tribunal de Justiça, com honorários parciais sobre o êxito.

- Parecerista no Processo Agravo em Recurso Especial Nº 573.802- CE, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça, com honorários parciais sobre o êxito.

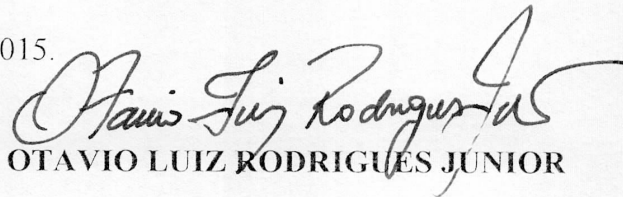
- Parecerista para a Caixa Econômica Federal em caso envolvendo contrato de seguro habitacional, sem vínculo com processo específico, com honorários mediante entrega do parecer.

- Árbitro nos seguintes painéis:

- a) Procedimento arbitral nº 04/14, administrado pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, para dirimir controvérsia existente entre as Partes Advance Construções e Participações Ltda e Socializa Empreendimentos e Serviços de Manutenção Ltda.
- b) Procedimento CAM nº 47/14, administrado pela CAM - Câmara de Arbitragem do Mercado, para dirimir controvérsia entre as partes Guaçu Geração de Energia S.A. e Areva Renewables Brasil S.A.
- c) Procedimento CMA 354, administrado pela Câmara de Arbitragem da CIESP-FIESP, envolvendo as partes CSA – Cia de Securitização de Ativos e Gestão Arquitetura e Gerenciamento Ltda. e 3IS Consultoria, Empreendimentos e Administração Ltda.
- d) Procedimento Arbitral 84-2015, administrador pela AMCHAM Brasil, tendo como partes SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. e Assurant Seguradora S.A.

(*) Em caso de nomeação, todas essas atividades serão interrompidas.

São Paulo, 20-VIII-2015.

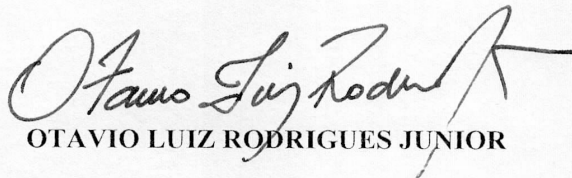

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR

ANEXO 4

DECLARAÇÃO SOBRE PARENTES

Declaro, para os devidos fins, que não possuo parentes, em afins ou colaterais, em qualquer grau, com interesses, cargos, ações, quotas ou empregos em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, pessoas jurídicas com interesses ligados à ANATEL ou subordinados a pessoas naturais em idêntica situação.

São Paulo, 20-VIII-2015.

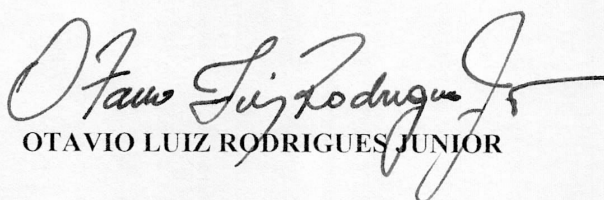

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE EMPRESA

Declaro, para os devidos fins, que fui cotista da NCAP CONSULTORIA – EIRELI, CNPJ 20.826.834/0001-68, no período de 13/08/2014 até sua baixa definitiva na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27 de julho de 2015.

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

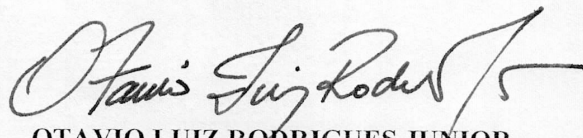
ANEXO 6

DECLARAÇÃO SOBRE AÇÕES JUDICIAIS

Declaro, para os devidos fins, que não sou autor, réu, interveniente ou afim em qualquer ação judicial em tramitação na Justiça brasileira, em todos os seus níveis e graus de jurisdição.

Declaro, ainda, que não patrocino qualquer ação judicial, salvo na condição de Advogado da União, e que não possuo qualquer atuação como advogado em processos envolvendo agências reguladoras de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, especialmente na Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL, seja como consultor, advogado ou parecerista.

São Paulo, 20-VIII-2015.

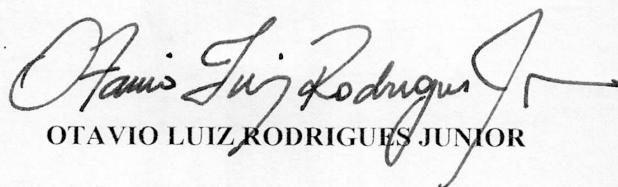

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR

ANEXO 7
DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO EM AGÊNCIAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que não possuo qualquer atuação em agências reguladoras de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, especialmente na Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL, seja como consultor, advogado ou parecerista.

São Paulo, 20-VIII-2015.

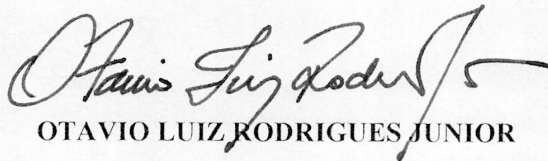

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

ANEXO 8
CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL E DE
ANTECEDENTES

Seguem nas folhas seguintes as **certidões negativas**:

- Certidão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- Certidão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União
- Certidão de não inscrição na dívida ativa do Município de São Paulo
- Certidão de não inscrição na dívida ativa do Estado de São Paulo
- Certidão negativa de débitos trabalhistas

São Paulo, 20-VIII-2015.


OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

26/08/2015

Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Visualizar Certidão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000360989

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO - Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **438.391.263-04**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2015, às 08:48.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **82289e3c ec8dc8d1f 9cbb9296 c924cc5a dd144567**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



26/08/2015

5518512

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8406633**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

- Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de SAO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DA FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 25/08/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, RG: 90003012048, CPF: 438.391.263-04, nascido em 23/07/1974, natural de Crato - CE, filho de Rodrigues Junior e Otavio Luiz, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

SÃO PAULO, 26 de agosto de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

5518512



5

26/08/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR
CPF: 438.391.263-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 08:05:05 do dia 26/08/2015 <hora e data de Brasília>.

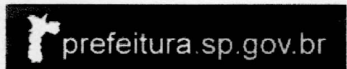
Válida até 22/02/2016.

Código de controle da certidão: **0DC5.E797.620C.52EF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

26/08/2015

Resultado da Consulta Simplificada de Dívida Ativa



Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos

Início - Secretarias - Negócios Jurídicos / Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA - Consulta Simplificada de Débitos CPF

Nº do CPF : 438.391.263-04

Devedor inexistente na dívida ativa para o número: 438.391.263-04

[Imprimir](#)[Nova Consulta](#)

[Copyright](#) [Expediente](#) [Fale Conosco](#) [SAC](#)

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' or 'I' shape.



Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 438.391.263-04

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 15080025493-61

Data e hora da emissão 26/08/2015 08:21:44

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pre.fazenda.sp.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

CPF: 438.391.263-04

Certidão n°: 125106842/2015

Expedição: 26/08/2015, às 08:41:12

Validade: 21/02/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR**, inscrito(a) no CPF sob o n° **438.391.263-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Aviso nº 367 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA** entre esta Comissão de Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados:

1) o Senhor **ALBERTO ANGERAMI**, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN);

2) o Senhor **LUIZ MOAN YABIKU**, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado;

3) o Senhor **JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA**, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (InMETRO);

4) o Senhor **RENATO AUGUSTO**, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e

5) o Senhor **PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO**, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São Jose e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC).

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) publicou a Resolução nº 277, de 28 de maio de 2008, regulamentando o transporte escolar de crianças menores de dez anos, aos veículos automotores. Essa norma, além de dispor sobre os veículos, traz também modelos de equipamentos considerados como dispositivos de retenção para crianças.

Mais recentemente, a Resolução nº 277 de 2008, foi alterada pela Resolução nº 533 de 17 de junho, de 2015, tornando obrigatório o uso dos dispositivos de retenção pelos veículos escolares, na forma já regulamentada por aquela Resolução. O prazo estipulado para essa obrigatoriedade por parte dos condutores de transporte escolar passará a vigor em 1º de fevereiro de 2016.

Essa mudança normativa tem causado polêmica e protestos dos condutores de vans em todo o país. Eles alegam que essa obrigatoriedade será impossível de ser cumprida por falta de adequação dos veículos ao dispositivo exigido.

Eles afirmam que os veículos atuais já são seguros, tendo em vista os poucos acidentes registrados, além do que o uso cadeirinha vai reduzir cerca de 40% a capacidade de transporte e que o custo será repassado para os pais.

Caso não se adequem até a data limite, veículos escolares sem as cadeirinhas cometerão infrações consideradas gravíssimas, com pena de multa de R\$ 191,54 (cento e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), 7 pontos na habilitação e retenção do veículo, o que levaria a um colapso nos transportes escolares, causado inclusive por falta de viabilidade financeira, tanto de quem fornece os serviços quanto por parte do consumidor. Continuam desobrigados a oferecer cadeirinha vans e ônibus que não sejam de transporte escolar e taxis.

Os condutores de transporte escolar também são categóricos em afirmar que o uso desses dispositivos de retenção, conforme exige a norma do CONTRAN, não oferece segurança às crianças, parte essa a mais fragilizada e hipossuficiente dessa relação de prestação de serviços.

Diante das contradições que estão sendo colocadas, pelos movimentos sindicais, associações, órgãos governamentais e outras instituições, solicitamos audiência pública conjunta para debater o tema, com a finalidade de esclarecer, para toda a sociedade, esse tema polêmico e de importância ímpar para as crianças que utilizam esse tipo de transporte.

Sala da Comissão,

DALÍRIO BEBER
Senador

PAULO BAUER
Senador

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CI**

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada **audiência pública** no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes;

- Ministério dos Transportes
- Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
- Representante do Tribunal de Contas da União.

Sala da Comissão,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CI

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada **audiência pública** no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura, com a presença das seguintes autoridades:

- Ministro dos Transportes;
- Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República;
- Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;
- Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Representante do Ministério Público Federal.

Sala da Comissão,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5

**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CI**

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura **audiência pública** para discutir a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados:

- José Manuel Vassallo, professor titular da Universidade Politécnica de Madri.
- Geoffrey Spence, Diretor Executivo da *Infrastructure UK*, Reino Unido.
- João Aguiar Machado, Diretor Geral da DG-MOVE (Diretoria Geral de Mobilidade e Transporte) da Comissão Europeia.

Sala da Comissão,

Senador WELLINGTON FAGUNDES